



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
DAV/CAPES



Relatório de Avaliação

Educação

Coordenador da Área: Robert Evan Verhine (UFBA)
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)
Coordenadora de Programas Profissionais: Flávia Obino Corrêa Werle (UNISINOS)

Avaliação Quadrienal 2021



SUMÁRIO

Identificação	2
I. Avaliação 2021 - Considerações Gerais	2
II. Considerações sobre o Qualis e as classificações	13
III. Considerações Gerais sobre a “Ficha de Avaliação”	26
IV. Ficha de Avaliação	31
V. Considerações para a atribuição de notas 6 e 7	56
VI. Comparação com as avaliações anteriores	65
VII. Considerações finais da avaliação	69
VIII. Perspectivas e recomendações para o próximo ciclo avaliativo	71
IX. Composição das comissões de área: acadêmicos e profissionais	75
X. Reconsideração	77



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2017-2020 QUADRIENAL 2021

IDENTIFICAÇÃO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: EDUCAÇÃO

COORDENADOR DE ÁREA: ROBERT EVAN VERHINE

COORDENADOR ADJUNTO DE PROGRAMAS ACADÊMICOS: ÂNGELO RICARDO DE SOUZA

COORDENADOR DE PROGRAMAS PROFISSIONAIS: FLÁVIA OBINO CORRÊA WERLE

I. AVALIAÇÃO 2021 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

a) COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE ÁREA (Acadêmicas e Profissionais):

A Área de Educação constituiu a Comissão de Avaliação do Quadriênio, contemplando seus programas de Pós-Graduação acadêmicos e profissionais, a qual desempenhou seus trabalhos entre 09 de maio e 03 de junho de 2022. A Comissão deveria ser constituída por 60 pessoas, responsáveis por avaliar 188 programas, sendo 137 acadêmicos e 51 profissionais. Assim, o grupo foi composto por 44 avaliadores para os programas acadêmicos e 16 para os profissionais. Ao longo dos últimos quatro anos, a Coordenação da Área teve condições de verificar os domínios técnicos necessários para este trabalho de avaliação com diversos docentes permanentes dos programas da Área, tendo em vista que foram executados dois editais de APCN, três de PAEP e três de Prêmio CAPES de Teses. Os docentes que colaboraram com a Coordenação nesse período e demonstraram domínio dos conceitos, das ideias e das ferramentas para a avaliação foram convidados a compor a Comissão. Por certo, ainda foi necessária a inclusão de mais algumas pessoas que não participaram das ações mencionadas, para complementar o grupo. Assim, buscaram-se pessoas com larga experiência na avaliação na CAPES, no CNPq e em outras agências de fomento, bem como ex-coordenadores de PPG e acadêmicos especialistas na área da avaliação educacional.

Um segundo aspecto que foi considerado na composição do grupo diz respeito à distribuição dos consultores integrantes da Comissão de Avaliação do Quadriênio nas distintas regiões brasileiras, e advindos de instituições de educação superior e programas de Pós-Graduação (PPG) com perfis diferentes. Dessa forma, a Comissão foi completada com pessoas de todas as regiões, de 21 estados da federação, de IES públicas (federais e estaduais) e privadas com e sem fins lucrativos, bem como de programas de todos os níveis na estratificação de notas (de 3 a 7). E, finalmente, um terceiro elemento na composição da parte da comissão que trabalhou especificamente com os PPG profissionais se relaciona com o fato de que, pela primeira vez, tal segmento

é composto exclusivamente por avaliadores que atuam como docentes permanentes dos programas profissionais. A tabela a seguir mostra a composição da comissão toda:

Tabela 1. Composição da Comissão de Avaliação Quadrienal – Área de Educação

	Categoria	Acadêmico	Profissional	Total
Região	N	2	2	4
	NE	6	3	9
	SE	16	5	21
	S	14	5	19
	CO	6	1	7
Notas	3	2	10	12
	4	13	6	19
	5	20	0	20
	6	5	0	5
	7	4	0	4
IES	Pública Federal	24	9	33
	Pública Estadual	9	3	12
	Privada Stricto Sensu	2	3	5
	Privada Confessional	3	2	5
	Privada Comunitária	4	1	5

A lista com a relação dos consultores que participaram da Avaliação Quadrienal encontra-se no item IX desse relatório.

b) ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO

Neste tópico destacamos os trabalhos desenvolvidos por todas as comissões da Área de Educação, que envolveram a ação de seis comissões, iniciado em agosto de 2021, com a Comissão do Qualis Periódicos, e em setembro de 2021 com a Comissão de Avaliação de Livros e também a Comissão de Produtos Técnico-Tecnológicos. Em março de 2022, foi instalada a Comissão de Análise de Indicadores Qualitativos; em abril de 2022, a Comissão de Análise de Indicadores Quantitativos; e, finalmente, a partir de 09 de maio de 2022, a Comissão de Avaliação do Quadriênio 2017-2020.



A Comissão do Qualis Periódicos partiu dos dados publicados pela CAPES com a avaliação de impacto mensurada pelo h index do Google Acadêmico para cada um dos periódicos para os quais a Educação foi considerada área-mãe ou área-irmã. O grupo foi constituído por três pessoas, afora a Coordenação da Área, todas elas experientes na avaliação de periódicos. Cada um dos integrantes recebeu um conjunto de periódicos para confirmar os resultados do h index, e da indicada classificação no Qualis. Após tal etapa, em reunião com o grupo, cada caso foi discutido e classificado de acordo com os limites estabelecidos para a denominada fase de ajustes (10% com subida-descida de dois níveis; 20% com subida-descida de um nível). Ao final, a Comissão analisou e aprovou a classificação que foi encaminhada à DAV. Todavia, em março de 2022, nova etapa de avaliação foi necessária por conta de dois aspectos: de um lado, os ajustes promovidos na fase de “negociação” entre áreas-irmãs e as alterações posteriores promovidas pelo ingresso de novos periódicos na base da Área de Educação advindos ou do relatório 2020 ou de migração de área-mãe. Esse processo foi finalizado implicando novos ajustes. Como será observado mais adiante, quando os resultados do Qualis Periódicos forem apresentados em tópico específico, a Área teve que promover a reclassificação “para cima” de um número significativo de periódicos para cumprir com os critérios definidos pela CAPES para tais ajustes (os já mencionados 10% e 20%).

A Comissão de Avaliação de Livros foi constituída por 22 integrantes de todas as regiões do país. Seu trabalho recaiu sobre os livros autorais (obras completas) que foram indicadas pelos PPG no módulo de destaques Produção Intelectual dos Docentes Permanentes. Isto é, a Área acordou que não haveria avaliação de todas as obras produzidas, mas apenas daquelas que foram indicadas como as principais publicações de seus docentes. Tampouco, a Comissão não precisou analisar os capítulos de livro e verbetes, para os quais a Ficha de Avaliação da Área atribui pontuação fixa (60 e 30 pontos, respectivamente). Dessa forma, a Comissão de Avaliação de Livros analisou um conjunto de 443 obras completas, as quais foram distribuídas pelos avaliadores, sendo que cada obra foi inicialmente analisada por dois consultores.

O PPG, quando fez o destaque da obra, deveria mencionar a autoavaliação do livro, e esse dado foi repassado aos avaliadores, que deveriam, diante do documento de avaliação produzido pela Coordenação de Área em acordo com os PPG, confirmar ou não tal resultado, indicando a avaliação definitiva. Quando houve discrepância na avaliação dos consultores, a obra foi repassada para um terceiro consultor, a título de arbitragem final da avaliação. Finalmente, os resultados que constam no item seguinte deste relatório mostram o alcance desse trabalho e sua contribuição para a avaliação quadrienal.

A avaliação dos Produtos Técnico-Tecnológicos foi realizada pelos três membros da Coordenação de Área, tendo em vista que não se procedeu a uma avaliação qualitativa de cada produto, pois tal avaliação foi estabelecida na própria ficha de avaliação aprovada em dezembro de 2019. Ademais, acordou-se com a Área que seriam pontuados somente os PTT destacados como melhores produções intelectuais dos



docentes permanentes dos programas profissionais. Assim, 211 produtos foram analisados. Tal análise recaiu sobre dois aspectos: a) a tipologia do produto, isto é, os avaliadores conferiram se o produto era da Área da Educação e se era possível classificá-lo como um dos dez tipos listados na Ficha de Avaliação da Área; b) se havia comprovação, a partir da documentação anexada pela PPG em cada produto destacado, que confirmasse a existência do produto. Considerando tais passos, os PTT foram validados, classificados e a pontuação atribuída aos PPG.

A Comissão de Avaliação dos Indicadores Qualitativos foi constituída para analisar os indicadores majoritários na Ficha de Avaliação da Área, de natureza qualitativa. Considerando que a Área de Educação reúne 188 programas a serem avaliados, uma comissão de 60 pessoas (aproximadamente 3 programas por avaliador) foi constituída, contemplando 44 avaliadores para os 137 programas acadêmicos e 16 avaliadores para os 51 programas profissionais. Os avaliadores convidados foram todos acadêmicos renomados da Área de Educação e a grande maioria deles possui larga experiência trabalhando com processos avaliativos da CAPES, e como na Comissão de Avaliação do Quadriênio, muitos deles participaram em outras comissões, tais como as que trataram de cursos novos (APCN), de eventos (PAEP) e do Prêmio CAPES de Tese. Eles foram selecionados para representar todas as regiões do país, em número proporcional à oferta geográfica de programas em Educação.

Historicamente, a análise quantitativa tem recebido uma ênfase primordial no contexto da avaliação dos programas de Pós-Graduação pela CAPES. Por outro lado, a Área de Educação, há muitos anos, vem solicitando que a avaliação da CAPES enfatize mais a análise qualitativa, para melhor aprofundar e contextualizar a compreensão dos objetos (indicadores) sob investigação. A referida solicitação foi fortalecida pela Comissão de Acompanhamento do PNPG – 2011/2020, no seu relatório aprovado pelo Conselho Superior da CAPES em outubro de 2018 e, conseqüentemente, adotada como importante estratégia de avaliação pelo CTC-ES, a ser aplicada na avaliação do quadriênio 2017-2020.

Assim, na sua Ficha de Indicadores, inicialmente publicada em dezembro de 2019, a Área de Educação estabeleceu um total de 32 indicadores qualitativos, referentes aos 12 itens e 3 quesitos da nova Ficha de Avaliação, representando, em comparação ao quadriênio anterior, um número de indicadores qualitativos duas vezes maior. Essa mudança de ênfase representou um grande desafio para os responsáveis pela avaliação, pois embora a análise qualitativa valorize um elemento de subjetividade, no contexto da CAPES, no qual a avaliação resulta em uma classificação hierárquica numérica, classificação essa com fortes conseqüências para os programas avaliados, a análise qualitativa, embora implicitamente subjetiva, precisa ser objetivada, de forma a deixar clara para o avaliado a razão do resultado recebido. Assim, a Área investiu um tempo significativo no desenvolvimento de critérios para os indicadores qualitativos, cujo processo de construção será detalhado mais adiante neste relatório.

Foi determinado que, para aplicar os critérios a cada indicador, cada membro da comissão trabalharia com um número reduzido de indicadores, para dominar o conteúdo do indicador e a lógica dos critérios a ele associados, permitindo análises verticalizadas e aplicadas de forma consistente. Assim, os 60 avaliadores foram divididos por Quesito (Programa/Formação/Impactos na Sociedade) e por modalidade (Acadêmico/Profissional). Como resultado, seis grupos foram criados, com aproximadamente 18 pessoas em cada um dos três grupos acadêmicos e 5 pessoas em cada um dos grupos profissionais. Para cada um deles, um grupo no aplicativo *WhatsApp* foi criado para permitir rápido diálogo entre seus membros e com a Coordenação da Área.

Para desenvolver o trabalho dessa Comissão, foram estabelecidos os seguintes procedimentos:

- a) Cada PPG seria avaliado por duas pessoas, cada uma fazendo a avaliação individualmente, inclusive, desconhecendo a identificação do outro avaliador responsável pelo mesmo programa.
- b) As duplas não seriam fixas, ou seja, não seria a mesma dupla de consultores a avaliar o mesmo conjunto de programas.
- c) Cada grupo deveria limitar sua análise aos campos correspondentes na Plataforma Sucupira ao Quesito sob sua responsabilidade. A análise horizontal, levando em conta todos os três Quesitos concomitantemente, seria realizada posteriormente, pela Comissão da Avaliação Quadrienal.
- d) Para cada indicador avaliado, o consultor responsável colocaria sua avaliação (Muito Bom/Bom/Regular/Fraco/Insuficiente) e sua justificativa em formulário específico, a ser enviado para a Coordenação da Área até data prefixada para a identificação e a sistematização das avaliações discrepantes entre os membros de cada uma das duplas.

Após as definições sobre os procedimentos da avaliação qualitativa, um primeiro momento foi dedicado à moderação (treinamento) dos avaliadores, de acordo com o Quesito e a natureza dos programas (se Acadêmico ou Profissional). Naquele momento, os subgrupos de trabalho receberam a ficha e um tutorial e deveriam realizar a avaliação-piloto em dois programas acadêmicos para o grupo dessa modalidade e dois profissionais para o grupo da outra modalidade. Os resultados foram inseridos em formulários do *Google Forms*. Após um tempo pré-determinado, cada subgrupo foi reunido pela Coordenação da Área para discussão das discrepâncias observadas, alinhamento do entendimento dos indicadores e de seus critérios e mesmo para ajustes necessários no próprio formulário. Essas avaliações foram consideradas um exercício, não sendo posteriormente adotadas. Após esse encontro, cada avaliador recebeu a listagem de programas a serem por ele avaliados, sem saber, a priori, quem seriam os outros avaliadores dedicados a cada um desses programas (duplas sempre diferentes por programa).

Um segundo momento de moderação foi conduzido, uma semana após o primeiro, para esclarecimento de dúvidas e novos alinhamentos. A partir daí, os avaliadores tiveram um prazo para realizar as análises e avaliações de seu quesito. Todos esses resultados foram também colocados em formulários próprios para cada quesito. Coube à Coordenação da Área fazer a sistematização dos resultados e registrar as inconsistências.

O terceiro momento da dinâmica envolveu a reunião (remota) de cada subgrupo, durante a qual as discrepâncias maiores (ou seja, as de dois ou mais graus) foram discutidas entre os pares, buscando diminuir o tamanho de cada discrepância até, no máximo, um grau. Em boa parte dos casos, a discrepância foi devida à não localização, pelo avaliador, da informação no relatório do programa (ausência de anexos, informações dispersas em todo o relatório e não no texto em resposta ao item específico, dentre outras deficiências). Uma posição consensual, embora fosse o ideal, não foi exigida. Para cada um dos seis grupos de trabalho, um turno específico, tipicamente de 4 horas, foi reservado durante um período de 10 dias. A moderação das negociações entre os pares foi conduzida pela Coordenação da Área. Após sua conclusão, cada avaliador, ou independentemente ou em conjunto com seu par, encaminhou seu parecer (conceito + justificativa) para a Coordenação para a sistematização final. Tal sistematização foi subsequentemente repassada para os avaliadores que compõem a Comissão da Avaliação Quadrienal.

A distribuição das discrepâncias identificadas antes e depois do processo de moderação está sumarizada nas duas tabelas a seguir. Como se pode ver, a grande maioria das avaliações (aproximadamente 80%, variando conforme o quesito e a modalidade) foram inicialmente convergentes, revelando que os critérios preestabelecidos serviram para alinhar, até certo ponto, os diferentes olhares individuais.

Após a moderação e o movimento de ajustes, este realizado no diálogo entre os avaliadores de cada um dos programas (e de seus respectivos indicadores), praticamente foram eliminadas as discrepâncias de 2, 3 e 4 graus.

Tabela 2. Discrepâncias de avaliação antes da moderação e ajuste

ACADÊMICOS	Quesito 1		Quesito 2		Quesito 3	
	N	%	N	%	N	%
Total de Indicadores x PPG	2430	100	552	100	1380	100
Discrepâncias de 2 graus	271	11,2	73	13,2	216	15,7

Discrepâncias de 3 ou 4 graus	121	5,0			61	4,4
PROFISSIONAIS	Quesito 1		Quesito 2		Quesito 3	
	N	%	N	%	N	%
Total de Indicadores x PPG	900	100	200	100	500	100
Discrepâncias de 2 graus	130	14,4	47	23,5	61	12,2
Discrepâncias de 3 ou 4 graus	78	8,7			32	6,4

Tabela 3. Discrepâncias de avaliação após a moderação e ajuste

ACADÊMICOS	Quesito 1		Quesito 2		Quesito 3	
	N	%	N	%	N	%
Total de Indicadores x PPG	2430	100	552	100	1380	100
Discrepâncias de 2 graus	24	1,0	2	0,4	3	0,2
Discrepâncias de 3 ou 4 graus	2	0,1			0	0,0
PROFISSIONAIS	Quesito 1		Quesito 2		Quesito 3	
	N	%	N	%	N	%
Total de Indicadores x PPG	900	100	200	100	500	100
Discrepâncias de 2 graus	8	0,9	4	2,0	8	1,6
Discrepâncias de 3 ou 4 graus	0	0,0			2	0,4

Outra comissão preparatória, a Comissão de Avaliação dos Indicadores Quantitativos, foi criada para analisar os dados quantitativos em duas etapas. A primeira delas constituía-se na organização da base de dados sobre a qual os cálculos de alguns indicadores recairiam. E a segunda tarefa dizia respeito à definição das fórmulas de cálculo e aos critérios avaliativos.

A primeira tarefa, de organização da base de dados, demandou a divisão entre os avaliadores dos dados advindos do módulo de destaques da Plataforma Sucupira, que é a base utilizada para o cálculo da média da produção intelectual docente na Área de Educação. Foi acordado com os PPG da Área um limite de produtos para a avaliação quantitativa da referida produção, buscando evitar o denominado “produtivismo” e focalizar na produção de melhor qualidade gerada pelos docentes dos programas da Área. Assim, avançando o limite definido pela Coordenação de Área que atuou no quadriênio 2013/2016, que estipulava a análise de 8 produtos por docente, a Área de Educação neste quadriênio definiu que avaliaria até 4 produtos por docente permanente. Por isso, a construção do indicador 2.4.1 da ficha da Área apontou para o cálculo da:

“Média ponderada de até quatro produções, indicadas pelo PPG, por docente permanente no quadriênio, vinculadas à Área da Educação, em periódicos científicos,



livros e capítulos e verbetes, excluída a duplicidade do produto na forma de coautoria entre docentes do mesmo PPG, considerando:

a) o mínimo de dois artigos em periódicos

b) não mais que dois produtos em livros ou capítulos de livro ou verbetes

b.1) sendo que destes, não mais que 1 (um) capítulo de livro ou verbete

c) no máximo 1 (um) desses produtos pode ser publicado em revistas científicas vinculadas ao PPG ou Faculdade de Educação ou equivalente, ou editora universitária vinculada à IES.”

Ademais, o indicador ainda apontou algumas observações quanto à quantidade e à tipologia de produtos a serem destacados para os docentes que não haviam sido registrados como permanentes nos quatro anos do período avaliativo:

“Para os casos dos docentes com 3 ou menos anos de atuação como DP, a indicação das produções deve seguir o seguinte regramento:

- Com 3 anos de atuação como DP: mínimo de 1 artigo em periódico científico, não mais que 2 produtos em livros e, destes, não mais que 1 capítulo de livro ou verbete.

- Com 2 anos de atuação como DP: mínimo de 1 artigo em periódico científico, não mais que 1 produto em livro ou 1 capítulo de livro ou verbete.

- Com 1 ano de atuação como DP: 1 produto em periódico científico ou 1 livro autoral ou 1 capítulo de livro ou verbete”.

Assim, nessa primeira tarefa, a Comissão de Indicadores Quantitativos se debruçou sobre a base de dados analisando cada uma das produções indicadas pelos PPG buscando verificar o cumprimento das exigências da ficha de avaliação. Para esse processo, cada avaliador recebeu um número equivalente de programas, considerando o porte em termos de docentes permanentes e de produtos destacados na Plataforma Sucupira.

Cada avaliador produziu uma planilha com os resultados indicando a validação do produto ou recomendando sua eliminação da base de dados. A base foi finalizada após a análise dessas indicações.

Ao final, foram validados para os cálculos, 13.685 produções intelectuais docentes e foram excluídas 412 produções. As razões para tais exclusões são devidas especialmente a três aspectos.

O primeiro deles diz respeito à indicação de produtos em livros/capítulos ou PTT a mais que o permitido: essa foi a principal razão para a eliminação dos produtos. É provável que a indicação desses produtos acima da quantidade tipológica permitida derive do fato de que o PPG não tinha outro produto para indicar respeitando a definição estabelecida pela Área e, por via das dúvidas, resolveu fazer a indicação para completar



a quantidade de produtos de determinado docente, mesmo não cumprindo os critérios determinados na Ficha de Avaliação.

A segunda razão para a eliminação dos produtos é mais complexa, pois ela deriva da análise dos consultores que indicaram que tais produções não estavam vinculadas à Área de Educação. Essa é uma avaliação complexa de se realizar por conta das limitações para a sua realização, tomando-se apenas o título das produções para análise e, especialmente, por ser a Área de Educação um campo multidisciplinar, com diversas interfaces com outras áreas e campos de conhecimento científico. Assim, os consultores foram orientados para agirem da maneira mais inclusiva possível e, se tivessem dúvidas, deveriam indicar a validação do produto e não a sua eliminação.

Finalmente, a terceira principal razão para a eliminação dos produtos se articula à indicação de produções do tipo PTT em programas acadêmicos. Ainda que os PTT representem uma importante face do trabalho intelectual dos docentes dos programas de Pós-Graduação, nos PPG acadêmicos da Área de Educação, entendemos há tempos que a priorização se deve dar aos produtos bibliográficos na forma de livros, capítulos de livros e verbetes e, em especial, de artigos em periódicos científicos. Por isto, os PTT foram todos desconsiderados quando indicados por programas acadêmicos. É provável, como no primeiro caso (o da indicação de livros/capítulos/verbetes acima do permitido), que a indicação dos PTT tenha ocorrido pela falta de produções bibliográficas definidas pela Área para os programas acadêmicos, de forma que o PPG pode ter indicado um PTT porque o docente a ter sua produção destacada não possuía artigos científicos à proporção demandada pela Área.

A segunda tarefa se dividia em duas partes. Na primeira, fez-se a análise do plano de fórmulas para o cálculo dos quinze indicadores quantitativos. E na outra parte, discutiu-se e indicou-se o conjunto de critérios que seriam utilizados na avaliação dos resultados de cada indicador quantitativo. A análise do plano de fórmulas demandou uma leitura pelo grupo de um documento produzido pela Coordenação da Área no qual se mostrava, além da fórmula propriamente dita, o passo-a-passo para a localização da informação nas bases de dados e a eventual necessária preparação das variáveis para os cálculos, tendo em vista que parte significativa das bases de dados advém da coleta geral feita pela CAPES por meio da Plataforma Sucupira. Isso resultou em um arquivo extenso com muitas informações, as quais, em sua grande maioria, precisavam ser organizadas para o cálculo dos indicadores. Essa leitura do plano de fórmulas permitiu a discussão tanto do processo de cálculo como de elaboração do próprio indicador, contribuindo para situações futuras de uso dos mesmos indicadores na avaliação dos PPG da Área.

À segunda parte da tarefa coube a responsabilidade de discutir e indicar critérios para a avaliação dos resultados dos indicadores. Conforme já mencionado, para os indicadores qualitativos a Área tem um documento que foi discutido com os PPG, no qual se mostram os parâmetros para a classificação dos programas na escala de cinco pontos definida pela CAPES (Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Insuficiente). Nos indicadores quantitativos tal documento inexistia, tendo em vista que se entende que os critérios

avaliativos para esse tipo de indicador são derivados de análises comparativas entre os programas, o que só pode ser feito posteriormente aos cálculos dos indicadores. A indicação dos critérios utilizados pela Coordenação da Área para tais cálculos está descrita em campo específico, mais adiante neste relatório.

Por fim, a Comissão de Avaliação do Quadriênio 2017-2020 recebeu os dados das comissões preparatórias mencionadas. O trabalho dos integrantes dessa Comissão Quadrienal foi organizado em duplas, priorizando, sempre que possível, que a dupla fosse composta por pessoas da mesma região do país, pois isso facilitaria a distribuição dos PPG a serem avaliados, evitando-se que os avaliadores apreciassem programas de sua região ou de seu estado. A distribuição dos PPG levou em conta a quantidade (em média, 6 PPG por dupla) e a tipologia dos programas designados. No caso dos PPG acadêmicos, cada dupla recebeu programas com doutorado e pelo menos um programa só com mestrado. Também foram distribuídos levando em conta o tamanho (em número de docentes permanentes), de forma que nenhuma dupla ficasse com muitos programas grandes, e outras com muitos programas pequenos. Cada dupla teve autonomia para a organização do trabalho, de forma a se ajustar mais adequadamente. De toda forma, todos os programas designados para uma dupla deveriam ser lidos e analisados pelos dois consultores.

A Coordenação da Área constituiu um grupo de *WhatsApp (WA)* para cada dupla de trabalho, bem como disponibilizou os recursos do *Google Suit (Meet)* para as reuniões entre a dupla, se julgassem necessário. Também foram compostos grupos gerais de *WhatsApp* para os avaliadores dos PPG Acadêmicos e outro para os dos PPG Profissionais. Nesses grupos, notícias gerais por modalidade foram repassadas, bem como o agendamento de reuniões, treinamentos, etc. Os grupos de WA das duplas foram usados mais especificamente para as questões atinentes ao trabalho de cada dupla, suas dúvidas pontuais, esclarecimento de procedimentos, dentre outros aspectos.

Foi realizada uma primeira reunião com todos os avaliadores no dia 09 de maio, via Plataforma *Google Meet*. Nessa reunião, informações gerais foram repassadas pela Coordenação. No mesmo dia, os mencionados grupos de WA foram criados e as listas de PPG foram distribuídas para cada dupla. Também foram criados e disponibilizados nesse mesmo dia, “drives” na *Plataforma Google* para cada uma das duplas. Neste drive, a dupla encontrava uma série de documentos (Ficha de Avaliação da Área; Dados gerados em etapas anteriores da avaliação; Documentos com critérios avaliativos; etc.).

No dia 10 de maio, a Coordenação da Área organizou um treinamento para os consultores, para discutir cada um dos 47 indicadores da Ficha de Avaliação da Área de Educação, e a fonte de dados, bem como os critérios para a análise desses indicadores.

Ambas as reuniões foram gravadas e a gravação foi disponibilizada para todos os consultores posteriormente.



As duplas desenvolveram seus trabalhos e registraram o resultado da avaliação em uma planilha *Excel*, conforme modelo elaborado pela Coordenação da Área, sendo preenchida e enviada para a Coordenação uma planilha para cada PPG. Também o registro ocorreu na forma de elaboração de um parecer para cada programa, a partir de um modelo elaborado pela Coordenação de Área. Esse parecer, após a avaliação coletiva ocorrida na semana de 23 a 26 de maio, foi lançado na Plataforma Sucupira.

Na semana de 23 a 26 de maio houve um conjunto de reuniões, nas quais cada um dos PPG foi analisado, com as duplas apresentando o resultado de seu trabalho, apresentando o conceito do PPG para cada Quesito e a Nota Final, bem como os pontos positivos e negativos do programa diante dos critérios da Área. A Coordenação da Área coordenou todo o processo de apresentação e discussão dos resultados, acompanhando a distribuição dos PPG nos respectivos estratos avaliativos, cuidando para o cumprimento dos critérios, em conformidade com o regulamento estabelecido pela Portaria 122/2021 da CAPES.

Foram também constituídas três subcomissões nessa Comissão de Avaliação Quadrienal. A primeira delas se dedicou à avaliação dos programas indicados para as notas 6-7. Tal indicação seguiu um conjunto de critérios, adiante tratados, e que foram detectados pela dupla avaliadora que deveria mencionar os programas que potencialmente poderiam ser indicados para o nível de excelência. Essa indicação passou por discussão com todo o grupo de avaliadores. A descrição detalhada dessa subcomissão, bem como seus resultados, será apresentada em seção posterior deste relatório.

Uma segunda subcomissão foi constituída para promover a revisão dos pareceres na Plataforma Sucupira. Tendo em vista que são muitos os avaliadores, ainda que tivessem um modelo para a elaboração dos pareceres, era razoável supor que haveria discrepâncias na forma que precisariam ser padronizadas. Assim, um conjunto de dez consultores reuniu-se, sendo sete deles trabalhando presencialmente em Porto Alegre, e três trabalhando remotamente, entre os dias 30 de maio e 02 de junho.

Finalmente, a subcomissão que ficou responsável pela elaboração deste relatório e finalização do processo avaliativo, reunindo-se presencialmente em Salvador-BA. O relatório produzido foi apresentado à Comissão de Avaliação Quadrienal, e por ela aprovado, em reunião gravada na *Plataforma Teams*, no dia 03 de junho de 2022, às 16h.

c) OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

De forma geral, a Área de Educação acatou e viu positivamente as mudanças na avaliação implementadas no Quadriênio 2017-2020. Tanto a nova ficha quanto os indicadores definidos pela Área foram bem aceitos pelos coordenadores de programa, especialmente considerando as orientações fornecidas tanto durante o Seminário de

Meio-termo como também por meio de uma série de web-conferências, organizadas durante os anos de 2020 e 2021 tratando em momentos diferentes os programas por região, por modalidade e por nota.

No entanto, alguns aspectos do novo formato criaram problemas na elaboração dos relatórios pelos programas. O primeiro foi o fato de que a ênfase dada na análise qualitativa aumentou muito os textos que os PPG deveriam fornecer dentro das abas fornecidas pela Plataforma Sucupira. Os coordenadores dos programas da Área nem sempre reconheceram que a análise qualitativa exige uma análise aprofundada de textos bem elaborados, e, talvez por isso, nem sempre esses textos foram produzidos com o detalhamento e a clareza necessários.

Um segundo elemento foi a implementação da política do “Destaque” que criou problemas porque tais destaques foram realizados em momento posterior à entrega do relatório final do quadriênio, o que gerou alguns desentendimentos e confusões por parte de alguns programas. Também não foram compreendidas suficientemente por boa parte dos programas a importância e a natureza da justificativa para cada destaque, em especial, para os destaques dos melhores produtos do PPG e os dos melhores egressos, apesar das orientações fornecidas pela Coordenação da Área.

Além dessas considerações, a Área de Educação, como todas as outras, foi negativamente impactada pelas incertezas geradas pela judicialização do processo de avaliação e pelos efeitos nefastos da pandemia de COVID-19.

Um dos efeitos da pandemia que impactou significativamente o processo avaliativo foi a impossibilidade de realização das atividades de avaliação presencialmente. Em boa proporção, os avaliadores teriam tido mais condições de localizar informações, proceder de acordo com os protocolos e cometer menos erros se tivessem ao seu lado a presença da Coordenação da Área para tirar dúvidas, garantir uniformidade, orientar todo o trabalho. Por outro lado, o trabalho remoto foi desenvolvido com qualidade e com aproveitamento adequado das tecnologias disponíveis. Também vale registrar que no futuro uma parte do processo pode e quiçá deva ser realizado remotamente, especialmente nas fases preparatórias da avaliação.

II. CONSIDERAÇÕES SOBRE O QUALIS E AS CLASSIFICAÇÕES:

a) QUALIS PERIÓDICOS

A avaliação com vistas ao Qualis Periódicos da Área da Educação foi um processo longo e de muito diálogo com a Área, iniciado em 2019, e concluído em 2022. A Área de Educação utilizou a metodologia Qualis Referência 2 (QR2), assim denominada pela DAV-CAPES.

A análise desenvolvida pela Área recaiu sobre todos os periódicos que foram listados pelos PPG nos relatórios da Plataforma Sucupira referentes aos anos de 2017 a 2020.

Contudo, foram avaliados apenas os periódicos em que a Educação é a área-mãe, isto é, os periódicos que são registrados na Plataforma Sucupira com uso predominantemente pelos PPG da Área de Educação. Isso trouxe um conjunto final de 1115 ISSN distintos para a avaliação. Há, ainda, um conjunto de periódicos para os quais a Educação é área-irmã que alcançou 257 ISSN distintos.

O Qualis Referência 2 (QR2) que foi adotado pela Área de Educação, como mencionado, é uma das duas metodologias aprovadas pelo CTC-ES para a avaliação e a classificação dos periódicos acadêmicos neste quadriênio 2017/2020. As áreas de avaliação poderiam optar entre QR 1 e QR 2, e foi esta última a escolhida para ser utilizada tendo em vista que se trata de uma metodologia que fornece uma visão ampla e objetiva sobre os periódicos utilizados pelos PPG da Área.

Nessa metodologia constrói-se o “Universo” da Área para análise, que é constituído por uma base ampliada de periódicos representativos de cada Área. Nesse conjunto, estão todos os periódicos registrados na base da Sucupira no período de 2013-2020 pelos PPG da Área, bem como os periódicos que compõem a temática Educação das bases Scopus, Web of Science, Redalyc e Erih-Plus. O total de periódicos que compuseram nosso universo foi de 3.212 títulos.

Considerando a aprovação pelo CTC-ES que autorizou a separação dos periódicos, para efeitos de ranqueamento, por idiomas, por origem geográfica e/ou subáreas, a Área de Educação optou por dividir o conjunto (“Universo”) em três grupos menores, por idioma: a) periódicos publicados em língua portuguesa (793 do total); b) periódicos publicados em língua inglesa (1691 do total); c) periódicos publicados em outros idiomas (728 do total).

Uma vez que os periódicos foram divididos nos três grupos mencionados, promoveu-se o levantamento do *h index* do Google Scholar (h5) para cada um dos mais de 3 mil periódicos. A DAV-CAPES fez um primeiro levantamento, o qual foi complementado e corrigido, quando foi o caso, pelo levantamento feito pela própria Área.

A Área utilizou o software *Publish or Perish (Harzing's)* para tal levantamento, indicando o interstício de 2015 a 2019 para o cálculo de cada um dos periódicos. Também considerou os diferentes ISSN, quando existentes, de um mesmo periódico, além de verificar também o levantamento a partir do título do periódico. Registrou-se o maior h5 encontrado para cada periódico, não sem antes conferir se a duplicidade de ISSN justificava a medida.

Na sequência da metodologia do QR2, a DAV “empilhou” os periódicos em ordem decrescente (do maior para o menor) de h5. O octil superior (os 12,5% superiores) em cada grupo foi identificado como A1, o octil seguinte como A2 e assim sucessivamente.

Feita essa distribuição do “universo”, os periódicos que foram efetivamente citados no quadriênio e que ficaram atribuídos à Área de Educação como área-mãe tiveram sua classificação indicada. Esse grupo, os 1115 mencionados, ficou dividido em: a) 655

periódicos em língua portuguesa (58,7%); b) 192 periódicos em língua inglesa (17,2%); c) 268 periódicos em outros idiomas (24,1%).

Todo o esforço desenvolvido ao longo desse processo foi significativo para que os resultados refletissem o mais justa e fielmente possível a qualidade dos periódicos nos quais os docentes e discentes da Área publicam seus resultados de pesquisa. O resultado indica uma distribuição compatível com as expectativas da Área e desta Coordenação, ainda que, se não ocorressem alguns problemas, entende-se que os resultados seriam ainda melhores. Esses problemas são, em essência:

- a) Os periódicos que foram indicados pela DAV como pertencentes aos estratos B2 ou superior não poderiam ser classificados como “C”, tendo em vista a metodologia definida para o “ajuste” de que uma fração da base de dados (até 10%) poderia subir ou descer dois degraus ou estratos na classificação e outra fração (20%) poderia subir ou descer um degrau na classificação. Assim, um periódico B2, por exemplo, que estivesse descontinuado, isto é, sem publicar qualquer artigo desde 2017, não poderia ser classificado como “C”, pois ao ser-lhe permitido descer no máximo dois degraus poderia ir até a categoria B4, no limite.
- b) Os periódicos predatórios que haviam sido indicados para classificação pela DAV como B2 ou superior, tampouco poderiam ser classificados como “C”. A única opção nesse caso seria identificá-los como NP (não-periódico), o que, tecnicamente, é um erro, na medida em que são periódicos ativos, e não deveriam, na visão da Área, ser identificados como NP. Essa solução foi indicada pela DAV, mas não parece ser satisfatória para a questão porque, ao ser classificado como NP, o periódico não conta para o cálculo do ajuste de 30% (10%+20%). Contudo, periódicos identificados como predatórios vieram identificados na planilha de uma das fases do trabalho como “C”. Isso significa que na prática ficamos com duas formas distintas de classificar os predatórios (“C” e “NP”).
- c) Verificou-se uma quantidade muito pequena de periódicos B4 na base dos 1115 periódicos para os quais a Educação é área-mãe. Isso decorre de uma situação identificada e reportada à DAV, tendo em vista a lógica de distribuição de cima para baixo (*top-down*) ao invés da base para o topo (*bottom-up*) dos periódicos após o empilhamento no universo dos periódicos da Área.

Os trabalhos foram concluídos com a aprovação da planilha de classificação da Área, na qual consta a seguinte distribuição por estrato e por grupo de idioma:

Tabela 4: Distribuição final do Qualis Periódicos – área-mãe Educação

Periódicos	Língua Portuguesa		Língua Inglesa		Outros Idiomas		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
% no Total								

A1	26	2,3	21	1,9	13	1,2	60	5,4
A2	41	3,7	8	0,7	31	2,8	80	7,2
A3	47	4,2	7	0,6	23	2,1	77	6,9
A4	66	5,9	17	1,5	29	2,6	112	10,0
B1	117	10,5	22	2,0	36	3,2	175	15,7
B2	68	6,1	22	2,0	29	2,6	119	10,7
B3	17	1,5	22	2,0	20	1,8	59	5,3
B4	17	1,5	36	3,2	36	3,2	89	8,0
C	103	9,2	15	1,3	22	2,0	140	12,6
NP	153	13,7	22	2,0	29	2,6	204	18,3
Total	655	58,7	192	17,2	268	24,0	1115	100,0

Como pode ser percebido pelos quadros acima, a Área de Educação classificou um total de 140 periódicos como A1+A2, o que representa um total de 12,6% do total dos periódicos da área-mãe.

Entendemos que a distribuição final nos estratos reconhece a qualidade dos periódicos utilizados pela Área no país e no exterior, de forma que aqueles que alcançaram os estratos superiores efetivamente têm qualidade tanto na seleção de bons materiais (artigos) aos leitores, quando na circulação e na disponibilização desse material ao alcance da comunidade acadêmica.

b) CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A avaliação dos livros na Área de Educação foi desenvolvida no período 01 a 20 de setembro de 2021, com o intuito de analisar e classificar a produção em livros autorais (obras completas) que tenham sido indicadas como Produções de Destaque dos Docentes Permanentes. No total, a Área de Educação teve registro por seus PPG de mais de 40 mil itens com ISBN, na Plataforma Sucupira. Todavia, por acordo construído com os programas, decidiu-se pela avaliação qualitativa de apenas aqueles livros autorais que fossem destacados pelos PPG como melhores produtos dos docentes permanentes.

Assim, avaliou-se um total de 443 livros autorais, sendo 370 deles destacados por programas acadêmicos e 73 por programas profissionais. Trata-se de produção importante, ainda que o volume seja significativamente menor do que em ciclos avaliativos anteriores, tendo em vista que, no atual quadriênio, optou-se pela avaliação apenas de obras autorais, destacadas pelos PPG.

Foi realizada, nesta fase conclusiva do processo, uma avaliação qualitativa das obras, na qual se buscou observar a inovação e a originalidade, o alcance teórico, os impactos sociais e acadêmicos, dentre outros aspectos, descritos adiante.

O processo todo foi iniciado ainda em 2019 com uma discussão sobre os critérios para avaliação de livros, partindo dos documentos que a Área produziu e das experiências anteriores (Triênio 2010-2012 e Quadriênio 2013-2016).

Um documento inicial com uma proposta de procedimentos e critérios foi elaborado pela Coordenação da Área, em fevereiro de 2020, e foi distribuído a todos os PPG da Área, solicitando ampla discussão e apresentação de sugestões para modificação e melhoria do processo. Após o recebimento das sugestões, a Coordenação da Área produziu a versão final do documento orientador para a avaliação de livros, que foi divulgado aos programas em abril de 2020, tendo ficado disponível na página da Área na CAPES.

Ao longo de 2020 e primeiro semestre de 2021, em webinários realizados pela Coordenação de Área, os PPG foram informados diversas vezes sobre os procedimentos que deveriam adotar para destacar os livros autorais (obras completas) na Plataforma Sucupira, bem como os cuidados com os critérios avaliativos.

Chamou-se especial atenção, ainda em 2020, para o período denominado de Recoleta, no qual os PPG deveriam inserir os PDF das obras completas, caso já não o tivessem feito durante o lançamento dos relatórios anuais, PDF esses sem os quais não seria possível a avaliação do livro autoral.

Os PPG da Área foram informados de que a submissão das obras completas para avaliação se daria via módulo de destaques a ser constituído pela CAPES, no ambiente da Plataforma Sucupira, conforme regras definidas pela agência. Mas, antes, os programas foram solicitados a inserir na mesma Plataforma um arquivo em formato PDF, contendo pelo menos os seguintes elementos do livro:

- a) Capa;
- b) Contracapa;
- c) Índice remissivo;
- d) Sumário;
- e) Conselho editorial (quando couber);
- f) Informações sobre o/s autor/es;
- g) Informação sobre financiamento da obra (quando couber);
- h) Ficha bibliográfica;
- i) Apresentação (quando couber);
- j) Prefácio/introdução completa;
- k) Conclusão/Considerações finais completa/s.

Especial atenção foi chamada para o fato de que a Área precisava que o PDF contivesse a Introdução e a Conclusão completas do livro, sob o risco de não ser possível promover a avaliação e a consequente validação da pontuação ao PPG.

Também se destacou aos PPG que as obras para as quais não foram anexados os PDF, ou o foram de forma incompleta, poderiam ser avaliadas como LNC.

A Área da Educação buscou avaliar as obras do quadriênio 2017/2020, com base em uma série de procedimentos. Inicialmente, cada PPG poderia submeter para avaliação no máximo dois livros autorais de cada docente permanente do programa, os quais comporiam o conjunto de quatro produtos bibliográficos por docente a serem avaliados (indicador 2.4.1 da Ficha de Avaliação da Área da Educação).

Informou-se também que o PPG, quando da eventual indicação da obra entre os melhores produtos por docente, deveria também preencher a justificativa na qual informaria o resultado da autoavaliação da obra (como o programa a classifica), bem como a temática da obra.

E esse processo de constituição da Comissão Avaliadora foi elaborado a partir de critérios de reconhecimento acadêmico, experiência e conhecimento em dado campo de pesquisa da Área. A distribuição das obras para os avaliadores/consultores levou em consideração: a) a área temática de especialização do avaliador; b) nenhum consultor poderia avaliar obra cujo autor fosse de sua IES; c) os consultores deveriam se declarar impedidos, caso percebessem algum conflito de interesse, como pertencer ao mesmo grupo de pesquisa que o autor da obra avaliada.

No documento de critérios e procedimentos mencionado, informou-se que toda obra para ser avaliada deveria conter, obrigatoriamente:

- a) ISBN;
- b) Mínimo de 70 páginas;
- c) Ter sido publicada por editora, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial;
- d) Possuir, no máximo, três autores;
- e) Obras em 1ª Edição;
- f) Toda obra completa deveria ser reconhecida como um livro na Área de Educação, ou seja, tratar-se de livro autoral que dialogue com a bibliografia da Área de Educação.

Os livros foram avaliados e classificados de acordo com a seguinte distribuição e correspondente pontuação.

Tabela 5: Pontuação atribuída aos livros

Estratos	Pontos
L1	250
L2	180
L3	130
L4	80

L5	30
----	----

Tais estratos foram definidos conforme quadro a seguir, sendo que a complexidade e a quantidade de indicadores são os elementos que diferenciam cada um dos estratos.

Quadro 1: Definição dos estratos dos Livros Integrais

Estrato	Definição
L5	Obra autoral com abordagem pouco orgânica e baixa complexidade em termos de argumentação, metodologia ou aporte teórico. Ou obra autoral com coletânea de textos do/s próprio/s autor/es, já publicados em outros veículos (periódicos científicos ou outros livros). Ou obra autobiográfica.
L4	Obra autoral de natureza acadêmico-científica que expresse relato e/ou discussão de pesquisa, com pouca organicidade e baixo potencial inovador. Ou obra autoral com relato de experiência profissional ou acadêmica.
L3	Obra autoral que expresse produção acadêmico-científica, com significativa contribuição para o conhecimento da Área, cuja natureza é: a) Relato e/ou discussão de pesquisa focalizando questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação; ou b) Estudos e ensaios teóricos e debates conceituais; ou c) Estudos e propostas de metodologia de pesquisa; ou d) Estado da arte referente a determinada temática ou subárea de saber; ou e) Estudos, derivados de pesquisa, sobre metodologia de ensino para educação básica ou superior. A obra deve apresentar organicidade e relevância para a Área.
L2	Obra autoral que apresenta todos os itens expressos no estrato L3 e, ainda apresenta necessariamente: a) Alcance teórico; b) Editora com conselho editorial; c) Avaliação por pares
L1	Obra autoral que apresenta com densidade todos os itens expressos nos estratos L2 e L3 e, ainda possua: a) Inovação e originalidade; b) Financiamento externo da pesquisa ou da publicação; c) Forte impacto acadêmico e/ou social.

Ao longo do trabalho desenvolvido pela comissão, diversas questões e dúvidas foram surgindo e, no debate, consensos foram sendo construídos para o processo de avaliação. Destacam-se:

1. Obras sem o PDF inserido originalmente na Plataforma Sucupira:
Foram encontrados diversos casos de obras sem o PDF inserido no lugar correto (“Arquivo”), na ficha do livro. Em alguns casos, havia o PDF apenas no “Anexo”,

abaixo da justificativa do Destaque da obra. Decidiu-se por não avaliar a obra cujo PDF não foi anexado originalmente quando do seu registro na base de dados da Plataforma Sucupira (no Coleta ou Recoleta), porque explicitamente havia sido informado aos coordenadores de PPG que não poderiam inserir um PDF da obra como anexo no momento dos destaques, quando ele não tinha sido originalmente lançado na Plataforma. À época, a Coordenação de Área ainda não tinha acesso ao layout da Plataforma e, portanto, não sabia que haveria tal possibilidade (de acessar o novo PDF). Para cumprir com os protocolos acordados com os programas, decidiu-se que o PDF a ser consultado para esta avaliação seria exclusivamente aquele inserido quando do lançamento da obra na Plataforma (no Coleta ou no Recoleta), sendo que a obra que não tivesse PDF inserido dessa forma deveria ser classificada como LNC.

2. PDF incompleto:
Verificou-se a ausência de partes da obra no PDF (a conclusão, por exemplo), ou com poucas páginas de algumas partes (introdução ou conclusão com apenas algumas páginas do total). Decidiu-se que se deveria seguir com a avaliação, mesmo com o PDF incompleto, avaliando o que é possível e atribuindo a classificação compatível com as informações disponíveis.
3. Obras em coautoria com discentes:
Verificou-se a existência de diversas obras que são resultado da dissertação ou tese de alunos, cujos coautores são os orientadores. Não se considerou isso como um problema para esta avaliação. É evidente que a discussão ética sobre a coautoria de um docente em um livro que é derivado da tese ou dissertação de um aluno é algo que a Área deverá fazer, mas, nesse momento da avaliação, o foco da comissão deveria recair sobre os critérios dispostos no documento aprovado pela Área para a avaliação de livros.
4. Livros que são de outras áreas que não a Educação:
Diversas obras cujo objeto não recai diretamente sobre a Educação foram encontradas. Entendeu-se que é o avaliador, que é especialista na temática da obra, que deve ter condições de verificar a proximidade da obra com a Área. Mas, de todo jeito, indicou-se que é fundamental que a obra dialogue com a bibliografia da Área da Educação.
5. Obras em segunda edição:
Algumas obras destacadas estão em segunda edição, mesmo com partes revisadas e revistas. Entendeu-se que a obra nesse caso deve ser classificada como LNC, mesmo com algumas partes “novas” em relação à edição original.
6. Tipos de Editoras:
As editoras universitárias geralmente têm um processo de avaliação por pares mais evidente do que as editoras comerciais. Para efeitos desta avaliação, todavia, não há distinção da classificação da obra considerando se foi publicada por uma editora universitária ou comercial.
7. Avaliação por Pares:

A grande maioria das obras não traz informações (no próprio livro, ou na justificativa do destaque) sobre a avaliação por pares. Para efeitos desta avaliação, considerou-se que quando há informações sobre a existência de Conselho Científico na editora, com a listagem dos conselheiros, é porque ocorreu avaliação por pares.

8. Obras que publicam memoriais de professor titular:

Entendeu-se que tais obras devem ser avaliadas no mérito e diante dos critérios formais, não devendo ser classificadas diretamente como L5, por serem obras autobiográficas em si. Isto é, quando a obra apresentar organicidade e relevância para a Área (L3), alcance teórico (L2), inovação, originalidade, forte impacto (L1), pode/deve ser classificada em estrato superior.

9. Financiamento externo:

O financiamento externo é um dos critérios para uma obra ser classificada como L1. Entendeu-se que não conta com financiamento externo, toda obra que tenha sido financiada pelo próprio autor (autofinanciamento) ou pelo seu PPG. Quando a obra recebeu recursos para a sua publicação de algum edital (da própria faculdade ou IES, agência de fomento, associação científica etc.), significa que foi financiada externamente. Também é considerada obra com financiamento externo aquela que é produto de pesquisa financiada. Mas, neste caso, a informação de vinculação da obra com a pesquisa financiada deve ser bastante explícita. Algo como: “esta obra é derivada de pesquisa financiada pelo CNPq – Edital Universal 2018...”. Entendeu-se ainda, para efeitos desta avaliação, que, se não há informações explícitas sobre o financiamento externo, é porque a obra não foi financiada dessa forma.

Após a avaliação criteriosa desenvolvida pela comissão, a distribuição das obras nos respectivos estratos está descrita na tabela a seguir.

Tabela 6. Resultado final da classificação de livros autorais – 2017/2020

Estratos	Acadêmico		Profissional		Total	
	n	%	n	%	n	%
L1	51	13,8	5	6,8	56	12,6
L2	121	32,7	15	20,5	136	30,7
L3	81	21,9	16	21,9	97	21,9
L4	22	5,9	6	8,2	28	6,3
L5	15	4,1	4	5,5	19	4,3
LNC	80	21,6	27	37,0	107	24,2
Total	370		73		443	

Observe-se que há uma proporção maior de livros localizados nos estratos superiores (acima de L3) entre programas acadêmicos do que em profissionais. Os primeiros

atingem 68,4% de suas obras indicadas nesse grupo. Já os segundos, 49,2%. Na média, os PPG da Área conseguiram inserir mais de 65% dos livros indicados neste grupo superior, o que confirma as expectativas da Coordenação da Área, no sentido de que um PPG tenderia a indicar livros autorais quando estes fossem decisivamente superiores, em termos de pontuação, aos artigos em periódicos mais bem pontuados (A1 ou A2).

Chama a atenção, todavia, o elevado número de obras LNC. Isso derivou essencialmente de dois aspectos dominantes: a) obras que não apresentavam o PDF quando do registro do livro na Plataforma Sucupira; b) obras de outras áreas e sem diálogo com a bibliografia do campo da educação. Ainda houve algumas classificadas como LNC por não atenderem a outros requisitos: número mínimo de páginas, número máximo de autores, obra não acadêmica.

c) CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS TÉCNICO-TECNOLÓGICOS (PTT)

A avaliação dos Produtos Técnico-Tecnológicos (PTT) foi realizada, como informado em seção prévia deste relatório, apenas para os produtos indicados pelos PPG como destaques da produção intelectual dos docentes permanentes.

A Coordenação da Área informou os coordenadores dos PPG sobre a tipologia dos PTT aceitos para a avaliação. Aqueles produtos destacados que não se encaixassem na descrição do quadro a seguir foram classificados como TNC. Assim como os produtos que não estivessem de acordo com a necessária comprovação também indicada no quadro abaixo ficariam classificados como TNC.

Quadro 2: Tipologia e exigência de comprovação dos PTT – Área de Educação

Identificação do PTT	Estrato	Pontos	Descrição ou caracterização do PTT	Comprovação
Patente	T1	250	É patenteável a invenção de material educacional, que atenda aos requisitos da Lei 9.279/96, denotando inovação e aplicação na Área de Educação. A patente será computada para o(s) autor(es) da invenção, conforme informação registrada no INPI, atendendo à legislação. Não se considera inovação passível de patente (vide artigo 10 da lei 9.279/96). A patente deve ter sido obtida entre 2017 e 2020.	Mediante Carta-patente expedida pelo INPI ou por órgão equivalente internacional. Não se considera comprovação o protocolo nem o pagamento de GRU.

Desenvolvimento de aplicativo vinculado à educação	T2	85	Programas de computador ou para outros dispositivos (smartphones, tablet) produzidos entre 2017 e 2020 aplicáveis à Área de Educação	Mediante PDF, com a indicação do link (disponível na web ou App Store), incluindo texto introdutório explicitando princípios, aplicabilidade e data em que foi criado.
Desenvolvimento de material didático e instrucional	T2	85	Inclui esquemas, planos, jogos, cartilhas e métodos educativos ou de gestão educacional, criados entre 2017 e 2020. Pode ser material pedagógico resultante de trabalho de conclusão discente, quando separado da dissertação. Pode ser material didático preparado para curso de formação de professores, conquanto que separado do curso.	Mediante PDF, incluindo texto introdutório explicitando princípios, aplicabilidade e data em que foi criado.
Desenvolvimento de produto vinculado à educação	T2	85	Considera-se produto vinculado à educação, aquele cujo conteúdo explicita princípios pedagógicos que o embasam, formato, metodologia e demonstre adequação ao nível e traços culturais do público a que se destina, criado entre 2017 e 2020, podendo ser incluídos obras de literatura infantil ou infanto-juvenil.	Mediante PDF, incluindo texto introdutório explicitando princípios e elementos que tipificam o produto indicado, bem como a aplicabilidade e a data em que foi criado.
Relatório de pesquisa financiada, finalizada	T3	65	Considera-se relatório de pesquisa financiada por órgão de apoio à pesquisa estadual ou nacional, aquela finalizada entre 2017 e 2020, de caráter institucional ou interinstitucional, realizada por docente permanente do PPG.	PDF do relatório e PDF do documento comprobatório da concessão do financiamento
Editoria de Periódico com QUALIS na Área de Educação	T3	65	Considera-se editor chefe e/ou editores associados; editor geral e/ou editor executivo; editor e/ou editores associados; editor e/ou editor assistente, conforme designação utilizada	PDF de documento institucional nomeando editor e editor associado, com explicitação da função e período de exercício.

			pelo periódico. Considerar o período de exercício da função indicada no intervalo de tempo 2017 a 2020.	Ou PDF de cópia do periódico com a explicitação indicada.
Organização de eventos nacionais/internacionais com Anais com ISSN, na Área de Educação	T4	25	Considera-se participação no Comitê organizador central e/ou comissão executiva local, de eventos realizados no Brasil ou no exterior, conquanto que o evento tenha Anais com ISSN.	PDF dos Anais no qual conste a explicitação da função
Serviços Técnicos (consultorias, assessoria, comitês, etc.)	T4	25	Considera-se Serviço decorrente de conhecimento especializado, realizado individualmente ou sob liderança do pesquisador, prestado a estabelecimento de ensino de qualquer nível educacional, ou a redes de ensino, que abranja algum momento de 2017 a 2020, tais como participação em comitês, conselhos, equipes avaliativas, realização de assessorias.	PDF do documento comprobatório, ou contrato de prestação de serviço.
Apresentação de Trabalho em eventos nacionais/internacionais que tenha Anais com ISSN, na Área de Educação	T5	05	Participação com apresentação de trabalho seja na forma de texto completo ou de pôster, conquanto que registrado em Anais com ISSN. Inclui participação como docente de curso de curta duração	PDF dos Anais no qual conste a comprovação do trabalho e autoria.

A Área teve destacados 233 PTT pelos programas profissionais, que foram validados pela Comissão de Indicadores, já mencionada, como produtos que cumpriram os critérios de serem produtos da Área de Educação, não serem produções repetidas para o mesmo autor ou para dois autores do mesmo PPG e estarem na margem máxima de produtos técnico-tecnológicos a serem destacados por docentes permanentes (no máximo dois PTT por DP). 99 PTT foram glosados da base avaliada por descumprirem uma das regras acima.

Daquele conjunto de 233 PTT, quatro foram classificados como T1, 80 como T2, 12 como T3, 25 como T4, 24 como T5 e 88 produtos ficaram classificados como TNC. A maioria desses casos de classificação como TNC se deveu à falta de elementos comprobatórios

da produção, ou porque eram PTT de tipos não aceitos pela Área conforme quadro anterior.

Tabela 7: Resultado final da classificação dos PTT – Área de Educação

Tipo PTT	n	%
T1	4	1,72
T2	80	34,33
T3	12	5,15
T4	25	10,73
T5	24	10,30
TNC	88	37,77
Total	233	100

E, finalmente, esse conjunto de 233 PTT, contabilizados a partir de sua pontuação individual, apresentou um impacto modesto na avaliação da produção bibliográfica docente dos programas profissionais, representando apenas 4,97% da pontuação referente à produção intelectual docente.

d) CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS ARTÍSTICOS E DE EVENTOS

A Área de Educação não analisou qualitativa ou quantitativamente os produtos artísticos registrados nem a participação em eventos, com exceção, neste último caso aos PPT de tipo T5, que são trabalhos apresentados em eventos nacionais ou internacionais da Área com registro de ISSN. Mas, nesses casos, a avaliação foi mediante a análise dos PTT, quando a produção foi destacada, conforme explicado no tópico anterior.

III. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

Inicialmente, é importante entender a diferença entre **indicador** e **critério**, pois o significado dos dois termos é frequentemente confundido. Um indicador é uma variável que indica um fenômeno de estudo de forma operacional, sempre associado a uma escala de classificação. Um critério estabelece, também de forma operacional, a distinção entre um nível da referida escala em relação aos outros. Conforme já informado, no caso da Área de Educação, os indicadores a serem avaliados no quadriênio foram aprovados pelo CTC-ES e formalmente publicados em dezembro de 2019, sendo que dentre os 47 indicadores estabelecidos, 32 são de natureza qualitativa.

A construção dos critérios referentes aos 32 indicadores qualitativos foi realizada para definir da maneira mais clara possível a distinção entre cada um dos cinco graus da escala utilizada pela CAPES, ou seja, entre os níveis MUITO BOM, BOM, REGULAR, FRACO E INSUFICIENTE. Para fazer isso, com base na literatura sobre a operacionalização de análises qualitativas, três formatos distintos foram adotados, dependendo do indicador em questão. Para alguns indicadores, o formato “Numérico” foi adotado, em que um diferente valor numérico representa um diferente nível da escala. Para outros indicadores, o formato “Implicitamente Numérico” foi utilizado, em que palavras como “Totalidade”, “Maioria”, “Em torno da metade” e “Minoria” substituíram o uso de números explícitos. E, ainda, como o terceiro formato, o elemento diferenciador foi um conceito ou conjunto de conceitos, como “Clareza” e “Detalhamento”. Um exemplo de cada formato se segue:

1. Formato Numérico

1.4.3. Avaliação docente: política sistemática de credenciamento, acompanhamento, reconhecimentos e descredenciamento de docentes.	Há evidências de que o Programa adota uma política sistemática de avaliação docente, considerados os elementos listados no indicador 1.4.3, e que a mesma é apresentada de maneira detalhada, considerando necessariamente Temporalidade, Critérios, Transparência e Execução.	Há evidências claras de que o Programa adota uma política sistemática de avaliação docente, considerados os elementos listados no item 1.4.3, MAS apresenta detalhadamente APENAS TRÊS dos seguintes itens: Temporalidade, Critérios, Transparência e Execução	Há evidências de que o Programa adota uma política sistemática de avaliação docente, que considera os elementos listados no item 1.4.3, MAS apresenta detalhadamente APENAS DOIS dos seguintes itens: Temporalidade, Critérios, Transparência e Execução	Há evidências de que o Programa adota uma política de avaliação que acompanha os elementos listados no item 1.4.3, MAS apresenta detalhadamente APENAS UM dos seguintes itens: Temporalidade, Critérios, Transparência e Execução	NÃO há evidências, no relatório, de uma política sistemática de avaliação docente.
--	--	--	--	---	--

2. Formato Implicitamente Numérico

3.1.3. Qualidade das produções intelectuais mais importantes selecionadas e justificadas pelo próprio PPG, excluídas as dos egressos. Deve-se considerar: a) PPG com até 20 DP: 5 produtos; b) PPG com 21 a 40 DP: 8 produtos; c) PPG com até 41 ou mais DP: 10 produtos	Há evidências claras de que a TOTALIDADE do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas é de qualidade, com impactos na sociedade.	Há evidências claras de que A MAIORIA do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas é de qualidade, com impactos na sociedade.	Há evidências claras que EM TORNO DA METADE do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas são de qualidade, com impactos na sociedade, ou há algumas evidências que a TOTALIDADE do referido número mínimo é de qualidade, com impactos na sociedade.	Há evidências que A MINORIA do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas são de qualidade, com impactos na sociedade.	NÃO há evidências de que a produções intelectuais mais importantes são de qualidade, com impactos na sociedade
--	---	--	---	--	--

3. Formato Conceitual

1.2.3. Participação de docentes permanentes com estágio pós-doutoral ou de pesquisa sênior, preferencialmente de caráter internacional.	Há evidências de participação SISTEMÁTICA e REGULAR de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, de caráter INTERNACIONAL.	Há evidências de participação SISTEMÁTICA e REGULAR de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, mas apenas de caráter NACIONAL.	Há evidências de participação ASSISTEMÁTICA E IRREGULAR de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, qualquer que seja o caráter.	Há evidências de participação MINIMA e ESPORÁDICA de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, qualquer que seja o caráter.	NÃO HÁ evidências de participação de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, qualquer que seja o caráter.
---	---	---	--	--	--

Em relação à análise quantitativa, conforme mencionado, a Área entendeu que os critérios avaliativos para esse tipo de indicador são derivados de análises comparativas entre os programas, o que só pode ser feito posteriormente aos cálculos de cada um dos indicadores.

Para tanto, a Coordenação da Área indicou um parâmetro geral para a avaliação dos indicadores quantitativos, que foi analisado e discutido pela Comissão de Indicadores. Esse parâmetro é, em linhas gerais:

Quadro 3: Critérios para análise de indicadores quantitativos – Área de Educação

Muito Bom	Bom	Regular
$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média

Os testes conduzidos com alguns indicadores demonstraram um resultado suficiente do uso desse critério. As classificações em Fraco e Insuficiente ficaram restritas ao uso para os casos extremos negativos, de ausência absoluta de dados ou de baixíssimo desempenho. Dominantemente, essas últimas duas classificações (Fraco e Insuficiente) foram atribuídas aos PPG com desempenho de um desvio-padrão abaixo da média para o Fraco, e igual “Zero” para o Insuficiente.

Tal critério foi a base para a análise de quase todos os indicadores quantitativos, ainda que seu uso tenha sido modulado e adaptado a depender do tipo do indicador em análise, como será mostrado mais adiante.

Ademais, tem-se um indicador (1.2.4) que mensura a estabilidade do corpo docente, para o qual o uso do critério não condiz com a natureza da variável a ser medida. Nesse caso, indicou-se o uso de uma régua fixa, com valores absolutos e não comparativa entre os programas. O sentido do indicador é de verificar se o corpo docente permanente é estável no programa ao longo do quadriênio. Assim, indicou-se que a classificação Muito Bom deveria ser atribuída a todos os programas com estabilidade igual ou superior a 75%; Bom àqueles com estabilidade entre 60% e 74,9%; Regular aos com estabilidade entre 50% e 59,9%; Fraco para os com estabilidade entre 40% e 49,9%; e Insuficiente para os com estabilidade abaixo de 40%.

E, ainda, o indicador 2.5.5, que mensura a porcentagem média das atividades de orientação, docência e defesas sob responsabilidade do corpo docente permanente, também teve sua avaliação calculada a partir de valores fixos tendo em vista a pequena variação entre os PPG. Assim, estabeleceu-se que aos programas com 90% ou mais de concentração das citadas atividades sob a responsabilidade dos DP, seria atribuído o conceito Muito Bom; entre 80% e 89,9%, Bom; entre 70% e 79,9%, Regular; Abaixo de 70% e acima de zero, Fraco; igual a zero, Insuficiente.

O quadro a seguir mostra as linhas de corte aplicadas na avaliação desses 15 indicadores quantitativos, a partir dos critérios mencionados acima:

Quadro 4. Linhas de corte dos indicadores quantitativos – Área de Educação

Indicador	MB	B	R	F	I
1.2.4	>=75%	>=60%	>=50%	>=40%	<40%
2.1.2	>=70,70%	>=37,06%	>=20,24%	>0	0
2.2.1	>=48,48%	>=24,14%	>=11,97%	>0	0
2.2.2	>=51,59%	>=25,83%	>=12,95%	>0	0
2.2.3	>=17,05%	>=5,39%	>0	SI	0
2.2.4	>=12,74%	>=3,27%	>0	SI	0
2.2.5	>=22,75%	>=9,74%	>=3,23%	>0	0
2.2.6	>=17,37%	>=6,36%	>=0,85%	>0	0
2.4.1	>=77,82%	>=60,72%	>=52,17%	>0	0
2.4.2	>=74,45%	>=49,63%	>=37,21%	>0	0
2.5.1	>=83,12%	>=57,67%	>=44,94%	>0	0
2.5.3	>=94,54%	>=84,87%	>=80,03%	>0	0
2.5.4	>=73,38%	>=32,52%	>=12,09%	>0	0
2.5.5	>=90%	>=80%	>=70%	>0	0
3.1.2	>=5,10%	>=2,58%	>=1,32%	>0	0

Obs.: SI = Inexistente

Os critérios estabelecidos e fielmente aplicados pela Comissão da Avaliação do Quadriênio para cada um dos 32 indicadores qualitativos e 15 indicadores quantitativos são apresentados no tópico IV desse relatório. Antes, porém, convém observar a descrição dos três quesitos, em termos de itens e indicadores da Área.

1. Programa

O Quesito 1 - *Programa* é composto de quatro (4) itens, sendo cinco (5) indicadores para o item 1.1, quatro (4) indicadores para item 1.2, quatro (4) indicadores para item 1.3 e seis (6) indicadores para item 1.4. Todos os indicadores, com a exceção de 1.2.4, que trata de estabilidade do corpo docente no decorrer do quadriênio, foram

operacionalizados através de critérios de natureza qualitativa, permitindo uma visão mais holística do programa em termos de sua organização, sua estrutura e seus componentes principais. Palavras chaves, como coerência, clareza, articulação e detalhamento e adequação foram utilizadas para definir diferenças em qualidade. O Quesito foi marcado por dois itens nunca antes avaliados no contexto da avaliação de permanência da CAPES: Planejamento Estratégico e Autoavaliação. A inclusão desses dois novos elementos é considerada algo positivo, pois é através de planejamento e autoavaliação que o programa busca sua melhoria no decorrer do tempo.

2. Formação

O Quesito 2 - *Formação* abrange cinco (5) itens, com o item 2.1 tendo dois (2) indicadores, o 2.2 seis (6) indicadores, o 2.3 dois (2) indicadores, o 2.4 dois (2) indicadores e o 2.5 cinco (5) indicadores. Há quatro aspectos do Quesito 2 que merecem atenção. Em primeiro lugar, é o quesito com o maior número de indicadores quantitativos, pois dos 17 indicadores, 13 são de natureza apenas numérica, contemplando percentuais e, em um caso, a média. Um segundo aspecto do Quesito 2 é o fato de que o mesmo inclui a maioria dos destaques (dois de três) e anexos (dois de três) demandada pela Área. Uma vez que os destaque e os anexos eram novidades do quadriênio, eles nem sempre foram compreendidos pelos programas, o que prejudicou os resultados da avaliação em alguns casos. Esse elemento impactou significativamente no terceiro aspecto que trata da distribuição das notas finais, uma vez que, por considerar a formação como a finalidade principal de qualquer programa de Pós-Graduação stricto sensu, o CTC-ES determinou que o Quesito 2, diferentemente dos outros dois, funcionasse como trava, no sentido de que a Nota Final de um programa não poderia ser mais alta do que seu desempenho no mencionado quesito. A trava impactou fortemente na distribuição de notas da Área, pois seis programas ficaram classificados como Nota 3, mesmo tendo conceitos BOM ou MUITO BOM nos quesitos 1 e 3 e, ainda, 21 programas foram classificados como Nota 4, mesmo tendo atingido MUITO BOM nos quesitos 1 e 3. Finalmente, esse é o único dos três Quesitos que apresenta uma diferenciação de indicador entre os programas acadêmicos e profissionais. A diferença ocorre no indicador 2.4.1, pois, como já mencionado, os produtos docentes destacados por programas acadêmicos devem ser exclusivamente em forma de publicação, enquanto no caso de programas profissionais os PTT (em número máximo de dois por professor) podem ser contemplados.

Vale observar que os indicadores qualitativos foram abordados com olhares diferenciados com base no perfil e na natureza de ambas as modalidades, e isto só é possível por conta de termos, pela primeira vez, na avaliação dos PPG profissionais, um conjunto de docentes que atuam nos PPG desta modalidade, como informado anteriormente.

3. Impacto na Sociedade

O Quesito 3 – *Impacto na Sociedade* engloba três (3) itens, com o total de 11 indicadores distribuídos entre o 3.1 com cinco (5) indicadores, o 3.2 com dois (2) indicadores e o 3.3 com quatro (4) indicadores. Desses indicadores, apenas um foi de natureza quantitativa, replicando a tendência qualitativa do Quesito 3 encontrado no Quesito 1. Uma inovação da avaliação do quadriênio 2017-2020 em relação às avaliações de permanência anteriores trata dos indicadores 3.2.2a (internacionalização) e 3.2.2b, (inserção), pois conforme decisão do CTC-ES, as duas dimensões – internacionalização e inserção – podem ser tratadas relativamente, distribuindo os pesos entre os dois indicadores de acordo com a política do programa, conforme registrada no indicador 3.2.1. No caso da Área de Educação, três distribuições foram adotadas: a) 100% internacionalização; b) 100% inserção; c) 50% para cada uma das duas possibilidades. No PPG Profissionais percebeu-se forte tendência de indicação da avaliação de 100% para a política de inserção social, enquanto que para os PPG Acadêmicos predominou a distribuição 50% internacionalização / 50% inserção social.

Resumindo os resultados para os três quesitos temos um quadro de média que compara o conjunto dos PPG acadêmicos e profissionais. Como pode ser observado, em geral, a contribuição dos PPG da Área é adequada, com média final BOM em ambas as modalidades, mesmo com melhor desempenho entre os programas acadêmicos.

Tabela 8. Média de desempenho dos PPG, por Quesito e Modalidade – Área de Educação

	Q1	Q2	Q3
Acadêmicos	4,40	4,08	4,19
Profissionais	4,06	3,63	3,79

O quadro exposto no tópico seguinte do relatório apresenta todos os critérios utilizados em cada um dos 47 indicadores da Ficha de Avaliação da Área de Educação, reportando também os respectivos pesos dos indicadores e itens, lembrando que cada um dos Quesitos tem o peso de um terço (1/3) na definição da Nota do PPG, respeitando a “trava” referente ao Quesito 2.



IV. FICHA DE AVALIAÇÃO

No quadro a seguir estão apresentados os nomes dos Quesitos, dos itens com os respectivos pesos, dos indicadores também com seus próprios pesos e os critérios usados para a avaliação de cada um dos 47 indicadores da Área.

Quesito 1: Programa

Item 1.1: Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos/missão do Programa (PESO = 35%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
1.1.1. Coerência e clareza, na forma de adequada definição da missão do PPG no que diz respeito a seus objetivos, e articulação entre objetivos, (1) área de concentração, (2) linhas de pesquisa, (3) projetos de pesquisa em andamento e (4) estrutura e desenho curricular (PESO 20%)	Há coerência e clareza na definição da missão do PPG em termos de seus objetivos e a articulação entre os objetivos e (1) área de concentração, (2) linhas de pesquisa, (3) projetos de pesquisa em andamento e (4) estrutura e desenho curricular é ADEQUADA entre eles e entre eles e a missão do Programa.	Há coerência e clareza na definição da missão do PPG em termos de seus objetivos e a articulação entre os objetivos e TRÊS dos elementos mencionados no item 1.1.1 é ADEQUADA entre eles e entre eles e a missão do Programa.	Há coerência e clareza na definição da missão do PPG em termos de seus objetivos e a articulação entre eles e DOIS dos elementos mencionados no item 1.1.1. é ADEQUADA entre eles e entre eles e a missão do Programa.	Há coerência e clareza na definição da missão do PPG em termos de seus objetivos e a articulação entre eles e UM dos elementos mencionados no item 1.1.1. é ADEQUADA entre eles e entre eles e a missão do Programa.	NÃO há coerência e clareza nos objetivos e/ou os elementos mencionados no item 1.1.1 NÃO estão articulados.

1.1.2 Aderência do Programa na definição temática e científica sobre seus objetivos diante do seu nível, sua modalidade e seu contexto do escopo da área (PESO 20%)	Há aderência do Programa aos TRÊS elementos (nível, modalidade e contexto do escopo da Área) e o relatório evidencia esta aderência de maneira CLARA.	Há aderência do Programa aos TRÊS elementos (nível, modalidade e contexto do escopo da Área), mas o relatório não é tão claro ao evidenciar esta aderência.	Há aderência Programa a DOIS dos três elementos indicados no item 1.1.2 ou há aderência parcial nos três elementos, além de que seu relatório não evidencia tal aderência com muita clareza.	Há mínima aderência do Programa considerando nível OU modalidade OU contexto, além de que seu relatório não evidencia tal aderência com muita clareza.	FALTA aderência dos objetivos ao nível, à modalidade e ao contexto.
1.1.3 Alcance em relação ao atingimento dos seus próprios objetivos, diante do perfil e da missão do PPG (PESO 20%)	O relatório apresenta evidências claras de que os objetivos foram atingidos em sua TOTALIDADE em relação ao perfil e à missão do PPG.	O relatório apresenta evidências claras de que os objetivos foram atingidos em SUA MAIORIA, em relação ao perfil e à missão do PPG.	O relatório apresenta evidências de que os objetivos foram PARCIALMENTE atingidos, em relação ao perfil e à missão do PPG.	O relatório apresenta evidências de que alguns dos objetivos foram MINIMAMENTE atingidos, em relação ao perfil E/OU à missão do PPG.	NÃO há evidências, no relatório, do atingimento dos objetivos.
1.1.4. Atualização: a) Articulação entre área de concentração, linhas de pesquisa, estrutura curricular e disciplinas com as exigências das condições da contemporaneidade e dos avanços acadêmicos mais	A TOTALIDADE dos elementos mencionados na letra a) tem articulação com as exigências da contemporaneidade e avanços acadêmicos da última década, e	A TOTALIDADE dos elementos mencionados na letra a) tem articulação com as exigências da contemporaneidade e avanços acadêmicos da última década, mas	MAIS DA METADE dos elementos mencionados na letra a) tem articulação com as exigências da contemporaneidade e avanços acadêmicos da última década	A MINORIA dos elementos mencionados na letra a) tem articulação com as exigências da contemporaneidade e avanços acadêmicos da última década	QUASE NENHUMA ou NENHUMA das disciplinas têm articulação com os elementos mencionados na letra a) E QUASE NENHUMA OU



recentes; b) Atualidade nas ementas e bibliografias das disciplinas ofertadas (PESO 20%)	ementas E A TOTALIDADE das bibliografias das disciplinas estão atualizadas, considerando a evolução do conhecimento em cada disciplina, também na última década.	APENAS A MAIORIA das ementas e bibliografias das disciplinas estão atualizadas, considerando a evolução do conhecimento em cada disciplina também na última década.	MAS EM TORNO DA METADE suas ementas e bibliografias estão atualizadas considerando a evolução do conhecimento em cada disciplina na última década.	MAS A MINORIA de suas ementas e/ou bibliografias estão atualizadas considerando a evolução do conhecimento em cada disciplina na última década.	NENHUMA de suas ementas e/ou bibliografias estão atualizadas considerando a evolução do conhecimento em cada disciplina na última década.
1.1.5 Infraestrutura: análise das cond. estr. adequadas para o alcance dos objetivos do Programa...: a) salas de aula; b) laboratórios; c) amplo acesso à Internet; d) espaços multiusuários; e) biblioteca com acervo compatível com as necessidades do Programa; f) espaço próprio para a administração do Programa (...); g) espaço próprio para grupos ou linhas de pesquisa; h) espaço próprio para os docentes e/ou para orientação dos discentes (PESO 20%)	Há evidências claras de que TODOS os oito elementos relacionados estão disponíveis e são PLENAMENTE adequados para o funcionamento do Programa.	Há evidências claras que SEIS ou SETE dos elementos relacionados estão disponíveis e são adequados para o funcionamento, com qualidade, do Programa. Dentre estes, é fundamental a adequação das salas de aula e o amplo acesso à internet.	Há evidências que QUATRO ou CINCO dos elementos relacionados estão disponíveis e são adequados para o funcionamento, com qualidade, do Programa, desde que, dentre estes, haja adequação das salas de aula e o amplo acesso à internet.	Há evidências que DOIS ou TRÊS dos elementos relacionados estão disponíveis e são adequados para o funcionamento do Programa.	Há evidências claras que UM ou NENHUM dos elementos relacionados está disponível e é adequado para o funcionamento do Programa.



1.2. Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa (PESO 35%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
1.2.1. Compatibilidade e adequação do perfil dos docentes permanentes (DP) em relação às áreas de concentração, linhas, projetos de pesquisa e atividades didáticas do Programa (PESO 25%)	A TOTALIDADE dos DP tem perfil compatível e adequado com a área, considerando a coordenação/participação em projetos de pesquisa e a produção intelectual.	A MAIORIA dos DP tem perfil compatível e adequado, considerando a coordenação/participação em projetos de pesquisa e a produção intelectual.	EM TORNO DA METADE dos DP tem perfil compatível e adequado, considerando a coordenação/participação em projetos de pesquisa e a produção intelectual.	UMA MINORIA dos DP tem perfil compatível e adequado, considerando a coordenação/participação em projetos de pesquisa e/ou a produção intelectual.	OS DP têm perfil inadequado ou incompatível com a maior parte dos elementos elencados no item, considerando a coordenação/participação em projetos de pesquisa e a produção intelectual.



<p>1.2.2. Política de interação do Programa de Pós-Graduação (PPG) com a graduação, observando a atuação docente em atividades de ensino e orientação de trabalhos discentes (pesquisa, extensão, supervisão de estágios, e equivalentes) (PESO 25%)</p>	<p>O relatório apresenta uma política e ações de interação do Programa com a Graduação, com algum grau de detalhamento, e as mesmas extrapolam o ensino e a orientação de trabalho de conclusão de curso, abrangendo pesquisa e/ou extensão e/ou estágios. QUASE TODOS os DP têm atuação no nível da graduação.</p>	<p>O relatório apresenta uma política e ações de interação do Programa com a Graduação, com algum grau de detalhamento, e as mesmas extrapolam o ensino e a orientação de trabalho de conclusão de curso, abrangendo pesquisa e/ou extensão e/ou estágios. A MAIORIA dos DP têm atuação no nível da graduação.</p>	<p>O relatório apresenta uma política ou ações de interação do Programa com a Graduação e a mesma é restrita ao ensino e orientação de trabalho de conclusão de curso. EM TORNO DA METADE dos DP têm atuação no nível da graduação.</p>	<p>O relatório não apresenta de maneira clara sua política e evidências de interação do Programa com a Graduação, mas se refere apenas a uma atuação no ensino e/ou orientação de trabalho de conclusão de curso na graduação. A MINORIA dos DP tem atuação no nível da graduação.</p>	<p>NÃO são apresentadas evidências, no relatório, de interação entre o Programa de PG e a graduação. NÃO há atuação dos DP nas atividades de graduação.</p>
<p>1.2.3. Participação de docentes permanentes com estágio pós-doutoral ou de pesquisa sênior, preferencialmente de caráter internacional (PESO 25%)</p>	<p>Há evidências de participação SISTEMÁTICA e REGULAR de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, de caráter INTERNACIONAL.</p>	<p>Há evidências de participação SISTEMÁTICA e REGULAR de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, mas apenas de caráter NACIONAL.</p>	<p>Há evidências de participação ASSISTEMÁTICA E IRREGULAR de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, qualquer que seja o caráter.</p>	<p>Há evidências de participação MINIMA e ESPORÁDICA de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, qualquer que seja o caráter.</p>	<p>NÃO HÁ evidências de participação de membros do corpo docente em estágio pós-doutoral ou pesquisa sênior, qualquer que seja o caráter.</p>



1.2.4. Estabilidade do corpo docente, respeitando a necessidade de renovação: Porcentagem de docentes permanentes que participaram continuamente do PPG no período avaliado e percentual de renovação (PESO 25%)	>=75%	>=60%	>=50%	>=40%	<40%
---	-------	-------	-------	-------	------

Item 1.3: Planejamento estratégico do Programa, considerando também articulações com o planejamento da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística (PESO 15%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
1.3.1. Desenvolvimento de políticas e ações de planejamento alinhadas ao planejamento da IES, considerando as necessidades regionais, nacionais e internacionais (PESO 35%)	O relatório apresenta o planejamento do Programa de maneira CLARA e mesmo é PLENAMENTE alinhado àquele da instituição, considerando as necessidades de seu contexto, conforme definido por sua missão.	O relatório apresenta o planejamento do Programa de maneira definida, embora o alinhamento àquele da instituição esteja apenas SUPERFICIALMENTE apresentado, considerando as necessidades de seu contexto, conforme	O relatório apresenta o planejamento do Programa de maneira minimamente definida, com ALGUM alinhamento àquele da instituição, considerando as necessidades de seu contexto, conforme definido por sua missão.	O relatório apresenta o planejamento do Programa de maneira minimamente definida, mas SEM alinhamento àquele da Instituição.	NÃO HÁ planejamento descrito no relatório.



		definido por sua missão.			
1.3.2. Desenvolvimento de política de incentivo à inovação, transferência de conhecimentos e impactos sociais e acadêmicos (PESO 35%)	O relatório apresenta e DETALHA uma política que CLARAMENTE incentiva a inovação, transferência de conhecimentos e impactos sociais e acadêmicos.	O relatório apresenta, SEM DETALHAR, uma política que incentiva a inovação, transferência de conhecimentos e impactos sociais e acadêmicos.	O relatório apresenta uma política que MINIMAMENTE traz incentivo para inovação E/OU transferência de conhecimentos E/OU impactos sociais e acadêmicos.	O relatório apresenta elementos de inovação, transferência de conhecimentos e impactos sociais e acadêmicos, sem identificar uma política.	O relatório NÃO apresenta uma política de incentivo aos elementos listados no item, nem os próprios elementos.
1.3.3. Análise das informações sobre planejamento observando a existência de informações sobre: a) metas de crescimento ou consolidação do PPG; b) plano de atualização acadêmica dos docentes permanentes; c) plano de modernização/expansão da infraestrutura física e dos recursos humanos; d) política de apoio a docentes e	O planejamento apresenta CLARAMENTE E DE MANEIRA DETALHADA os quatro elementos observados pelo indicador 1.3.3.	O planejamento apresenta CLARAMENTE os quatro elementos, MAS SEM DETALHAMENTO DE PELO MENOS UM dos quatro elementos observados pelo indicador.	O planejamento apresenta TODOS os quatro elementos observados pelo indicador, mas nem todos são apresentados com CLAREZA.	O planejamento não apresenta todos os quatro elementos observados pelo indicador.	No relatório, NÃO há planejamento claro.



discentes para participação em eventos científicos da área (PESO 15%)					
1.3.4. Análise da pertinência da origem dos dados e da participação de pessoas no planejamento (PESO 15%)	Há evidências CLARAS que a origem/fonte dos dados é pertinente e que houve AMPLA participação dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo no planejamento.	Há evidências CLARAS que a origem/fonte dos dados é pertinente, ainda que NÃO HAJA evidências de AMPLA participação dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo no planejamento.	Há evidências que a origem/fonte dos dados é PARCIALMENTE pertinente E/OU de que houve apenas POUCA participação dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo no planejamento.	Há evidências que a origem/fonte dos dados é PARCIALMENTE pertinente E/OU de que NÃO houve participação.	Há evidências de que a origem/fonte dos dados NÃO é pertinente E NÃO há participação registrada.

1.4: Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do Programa, com foco na formação discente e produção intelectual (PESO 15%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
-----------	-----------	-----	---------	-------	--------------



1.4.1. Desenvolvimento de políticas e ações de autoavaliação observando: a) a continuidade; b) a consistência; c) a coerência; d) a articulação com as diretrizes da CPA e/ou Pró-Reitoria ou equivalente (PESO 50%)	Há evidências claras que o desenvolvimento de políticas e ações de autoavaliação observou PLENAMENTE os QUATRO elementos listados e que as ações e as políticas foram detalhadas.	Há evidências claras que o desenvolvimento de políticas e ações de autoavaliação observou os elementos listados, ainda que NÃO de maneira detalhada em pelo menos um dos quatro elementos.	Há evidências que o desenvolvimento de políticas e ações de autoavaliação observou MINIMAMENTE os quatro elementos listados, mas que as ações e/ou as políticas NÃO foram detalhadas.	Há evidências que o desenvolvimento de políticas e ações de autoavaliação NÃO tratou todos os quatro elementos listados.	NÃO há evidências, no relatório, do desenvolvimento de políticas e/ou de ações de autoavaliação.
1.4.2. Política sistemática de acompanhamento das metas do PPG ao final do quadriênio, destacadamente da formação e produção intelectual dos discentes (PESO 10%)	Há evidências claras de que o Programa adota uma política sistemática de acompanhamento de metas quadrienais, focadas na formação e produção intelectual discente, e que a mesma é apresentada de maneira detalhada.	Há evidências claras de que o Programa adota uma política sistemática de acompanhamento de metas quadrienais, focadas na formação e produção intelectual discente, ainda que não seja apresentada de maneira detalhada.	Há evidências de que o Programa adota uma política que acompanha MINIMAMENTE as metas quadrienais, focadas na formação e produção intelectual discente.	Há evidências de que o Programa adota uma política que não acompanha, nem sequer minimamente, ALGUMAS das metas quadrienais, focadas na formação e/ou produção intelectual discente.	NÃO há evidências, no relatório, de uma política de acompanhamento de metas quadrienais de formação e produção intelectual dos discentes.

<p>1.4.3. Avaliação docente: política sistemática de credenciamento, acompanhamento, credenciamento e descredenciamento de docentes (PESO 10%)</p>	<p>Há evidências de que o Programa adota uma política sistemática de avaliação docente, considerados os elementos listados no indicador 1.4.3, e que a mesma é apresentada de maneira detalhada, considerando necessariamente Temporalidade, Critérios, Transparência e Execução.</p>	<p>Há evidências claras de que o Programa adota uma política sistemática de avaliação docente, considerados os elementos listados no item 1.4.3, MAS apresenta detalhadamente APENAS TRÊS dos seguintes itens: Temporalidade, Critérios, Transparência e Execução</p>	<p>Há evidências de que o Programa adota uma política sistemática de avaliação docente, que considera os elementos listados no item 1.4.3, MAS apresenta detalhadamente APENAS DOIS dos seguintes itens: Temporalidade, Critérios, Transparência e Execução</p>	<p>Há evidências de que o Programa adota uma política de avaliação que acompanha os elementos listados no item 1.4.3, MAS apresenta detalhadamente APENAS UM dos seguintes itens: Temporalidade, Critérios, Transparência e Execução</p>	<p>NÃO há evidências, no relatório, de uma política sistemática de avaliação docente.</p>
<p>1.4.4. Política sistemática de escuta aos alunos e egressos sobre o processo formativo (PESO 10%)</p>	<p>Há evidências claras de que o Programa adota uma política SISTEMÁTICA de escuta aos alunos E egressos, sobre o processo formativo, e que a mesma é apresentada de maneira DETALHADA.</p>	<p>Há evidências claras de que o Programa adota uma política SISTEMÁTICA de escuta aos alunos e egressos, sobre o processo formativo, ainda que NÃO seja apresentada de maneira detalhada.</p>	<p>Há evidências de que o Programa adota uma política SISTEMÁTICA de escuta aos alunos OU egressos, sobre o processo formativo.</p>	<p>Há evidências de que o Programa adota uma política de escuta aos alunos e ou egressos, ainda que NÃO claramente SISTEMATIZADA.</p>	<p>NÃO há evidências, no relatório, de uma política de escuta de alunos e egressos, sobre o processo formativo.</p>



<p>1.4.5. Grau de comunicação entre docentes e coordenação do PPG, na forma de canal de comunicação efetivamente utilizado para a indicação de críticas e sugestões para o PPG (PESO 10%)</p>	<p>Há evidências claras de que o Programa adota um canal EFETIVO de comunicação que favorece a indicação de críticas e sugestões pelos docentes à Coordenação do PPG, COM detalhamento do processo comunicacional.</p>	<p>Há evidências claras de que o Programa adota um canal de comunicação EFETIVO, que favorece a indicação de críticas e sugestões pelos docentes à Coordenação do PPG, ainda que SEM detalhamento do processo comunicacional.</p>	<p>Há evidências de que o Programa adota um canal de comunicação, que favorece MINIMAMENTE a indicação de críticas e sugestões pelos docentes à Coordenação do PPG.</p>	<p>Há evidências de que o Programa adota um canal de comunicação, que favorece MINIMAMENTE a indicação de críticas e sugestões pelos docentes à Coordenação do PPG, ainda que seja possível observar irregularidades no processo comunicacional.</p>	<p>NÃO há evidências, no relatório, de manutenção de canal de comunicação entre docentes e coordenação do PPG, para críticas e sugestões.</p>
<p>1.4.6. Incentivo à presença de membros externos nos processos de autoavaliação (PESO 10%)</p>	<p>Há evidências CLARAS, DETALHADAS, no relatório, de haver um processo sistemático de incentivo à presença e à participação de membros externos à IES, nos processos de autoavaliação.</p>	<p>Há evidências CLARAS, DETALHADAS no relatório, de haver um processo sistemático de incentivo à presença e participação de membros externos ao PPG, mas apenas da MESMA IES, nos processos de autoavaliação.</p>	<p>Há evidências de haver um processo sistemático de incentivo à presença de membros externos ao PPG nos processos de autoavaliação, ainda que o processo NÃO esteja DETALHADO no relatório.</p>	<p>Há evidências de presença e participação de membros externos na autoavaliação, embora de maneira irregular.</p>	<p>NÃO há evidências, no relatório, de incentivos e da presença / participação de membros externos nos processos de autoavaliação.</p>

Quesito 2: Formação

Item 2.1: Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa (PESO 20%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
2.1.1. Adequação temática entre as teses e dissertações e as linhas e projetos de pesquisa (PESO 50%)	Há evidências claras de adequação temática DA TOTALIDADE das teses / dissertações e as linhas e projetos aos quais estão vinculadas.	Há evidências claras de adequação temática DA MAIORIA das teses / dissertações e as linhas e projetos aos quais estão vinculadas.	Há evidências de adequação temática EM TORNO DA METADE das teses / dissertações e as linhas e projetos aos quais estão vinculadas	Há evidências de adequação temática em uma MINORIA das teses / dissertações e as linhas e projetos aos quais estão vinculadas.	NÃO há evidências claras de adequação temática entre teses / dissertações e as linhas e projetos aos quais estão vinculadas.
2.1.2. Porcentagem de trabalhos de conclusão que resultaram em publicação de artigos qualificados de B4 a A1, livros ou capítulos de livros, diretamente vinculados à dissertação/tese (PESO 50%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)

Item 2.2: Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos (PESO 20%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
-----------	-----------	-----	---------	-------	--------------



2.2.1. Porcentagem de discentes matriculados que são discentes-autores (livros, capítulos, artigos, trabalhos completos ou resumos em eventos) (PESO 30%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)
2.2.2. Porcentagem de egressos que são egressos-autores (livros, capítulos, artigos, trabalhos completos ou resumos em eventos) (PESO 10%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)
2.2.3. Porcentagem de discentes-matriculados com artigos Qualis B4 ou superior (PESO 20%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)
2.2.4. Porcentagem de discentes-matriculados com artigos Qualis A4 ou superior (PESO 10%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)
2.2.5. Porcentagem de egressos com artigos Qualis B4 ou superior (PESO 20%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)
2.2.6. Porcentagem de egressos com artigos Qualis A4 ou superior (PESO 10%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)

Item 2.3: Destino, atuação e avaliação dos egressos do Programa em relação à formação recebida (PESO 10%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
2.3.1. Destino, atuações e impactos acadêmicos* e sociais de cinco egressos titulados entre 2016 e 2020, considerados como exemplares em termos da missão e perfil do Programa (PESO 40%)	Há evidências claras que TODOS OS CINCO TITULADOS apresentam destinos, atuações e impactos acadêmicos E sociais RELEVANTES e SIGNIFICATIVOS em termos da missão e perfil do Programa.	Há evidências claras que QUATRO dos CINCO TITULADOS apresentam destinos, atuações e impactos acadêmicos E sociais RELEVANTES e SIGNIFICATIVOS em termos da missão e perfil do Programa.	Há evidências que TRÊS dos CINCO TITULADOS apresentam destinos, atuações e impactos acadêmicos E sociais RELEVANTES e SIGNIFICATIVOS em termos da missão e perfil do Programa.	Há evidências que DOIS dos CINCO TITULADOS apresentam destinos, atuações e impactos acadêmicos E sociais RELEVANTES e SIGNIFICATIVOS em termos da missão e perfil do Programa.	Há evidências de que NO MÁXIMO UM dos TITULADOS indicados apresenta impactos, destinos e atuações acadêmicos E sociais relevantes e significativos para a missão e perfil do Programa.
2.3.2 Destinos, atuações e impactos acadêmicos* e sociais resultantes da formação dos egressos indicados pelo PPG, considerando: Área de atuação; Inserção no mercado de trabalho; Assunção de postos de liderança na administração pública ou na sociedade civil; Continuidade de estudos (PESO 60%)	A Área de atuação, a inserção no mercado de trabalho, a assunção de postos de liderança e a continuidade de estudos associadas a QUASE A TOTALIDADE do número mínimo dos egressos que deveriam ser destacados, estão de acordo com a formação oferecida pelo PPG, com	A Área de atuação, a inserção no mercado de trabalho, a assunção de postos de liderança e a continuidade de estudos associadas à EM TORNO DA METADE do número mínimo dos egressos que deveriam ser destacados, estão de acordo com a formação oferecida pelo PPG,	A Área de atuação, a inserção no mercado de trabalho, a assunção de postos de liderança e a continuidade de estudos associadas à MINORIA do número mínimo dos egressos que deveriam ser destacados estão de acordo com a formação oferecida pelo PPG,	Não há evidências de que os egressos listados geraram impactos acadêmicos e sociais, considerando a formação oferecida pelo PPG.	O PPG não entregou o Anexo II, assim não há evidências relativas ao destino, atuação e impactos acadêmicos e sociais dos egressos.



	impactos acadêmicos E sociais.	com impactos acadêmicos E sociais.	com impactos acadêmicos E sociais.		
--	--------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	--	--

Item 2.4: Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no Programa (PESO 30%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
2.4.1. Média ponderada...* (PESO 80%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)
2.4.2. Porcentagem de docentes permanentes que publicaram artigos em periódicos científicos Qualis A1 ou Livro L1 ou L2 (ou produziram produtos técnico-tecnológicos T1 ou T2, (para os PPG Profissionais) (PESO 20%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)

*2.4.1. Média ponderada de até quatro produções, indicadas pelo PPG, por docente permanente no quadriênio, **vinculadas à área da Educação**, em periódicos científicos, livros e capítulos, verbetes e produto técnico-tecnológico, excluída a duplicidade do produto na forma de coautoria entre docentes do mesmo PPG, considerando:

a) mínimo de dois artigos em periódicos;

- b) não mais que dois livros ou capítulos de livros ou verbetes ou PTT;
c) no máximo 1 (um) dos produtos bibliográficos pode ser publicado em revistas científicas vinculadas ao PPG ou Faculdade de Educação ou equivalente, ou editora universitária vinculada à IES

Item 2.5: Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no Programa (PESO 20%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
2.5.1. Porcentagem de docentes permanentes, cujos projetos de pesquisa contam com participação de discentes (PESO 20%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)
2.5.2. Presença de estratégias inovadoras de formação (PESO 20%)	Há evidências CLARAS de estratégias inovadoras de formação, COM qualidade para atendimento das necessidades do Programa, apresentadas de forma DETALHADA.	Há evidências claras de estratégias inovadoras de formação, COM qualidade para atendimento das necessidades do Programa, ainda que apresentadas de forma NÃO detalhada.	Há evidências de estratégias inovadoras de formação, para atendimento das necessidades do Programa, ainda que a qualidade deste atendimento não esteja evidenciada e/ou apresentada de forma NÃO detalhada.	Há evidências de estratégias inovadoras de formação, mas SEM relação com o atendimento das necessidades do Programa e E/OU SEM que a qualidade deste atendimento esteja evidenciada.	NÃO há evidências de estratégias inovadoras de formação.
2.5.3. Porcentagem de docentes permanentes que realizam anualmente as atividades de pesquisa e	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)



orientação de mestrado ou doutorado e, durante o quadriênio, atividades de docência na Pós-Graduação (PESO 20%)					
2.5.4. Porcentagem de docentes permanentes que publicam (artigos, livros, capítulos de livros, verbetes, trabalhos em anais de eventos e PTT) em coautoria com discentes ou egressos (PESO 20%)	$\geq 0,5 \sigma$ acima da média	$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média	$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média	$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0	= 0 (Zero)
2.5.5. Porcentagem média das atividades de orientação, docência e defesas sob responsabilidade do corpo docente permanente (PESO 20%)	$\geq 90\%$	$\geq 80\%$	$\geq 70\%$	> 0	0

Quesito 3: Impactos na Sociedade

3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do Programa (PESO 35%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
-----------	-----------	-----	---------	-------	--------------



<p>3.1.1. Efeito de transformação no ambiente acadêmico e social da produção intelectual do PPG, em relação ao seu contexto, seus objetivos e sua missão. Deve-se considerar: a. Inovação da produção intelectual; b. Avanço da presença da Área da Educação no contexto da pesquisa científica no Brasil e no mundo; c. Abrangência local, regional, nacional ou internacional, de acordo com os objetivos da pesquisa e do PPG; d. Caráter estratégico para a formação e qualificação do profissional da área da Educação (PESO 35%)</p>	<p>Há evidências claras de que a produção intelectual promove efeito transformador nos QUATRO tópicos: a) inovação da produção intelectual; b) avanço da presença da educação no contexto da pesquisa científica no Brasil e no mundo; c) abrangência local, regional, nacional ou internacional; e d) caráter estratégico para a formação e qualificação dos profissionais.</p>	<p>Há evidências claras de que a produção intelectual promove efeito transformador em TRÊS dos seguintes tópicos: a) inovação da produção intelectual; b) avanço da presença da educação no contexto da pesquisa científica no Brasil e no mundo; c) abrangência local, regional, nacional ou internacional; d) caráter estratégico para a formação e qualificação dos profissionais.</p>	<p>Há evidências de que a produção intelectual promove efeito transformador em DOIS dos seguintes tópicos: a) inovação da produção intelectual; b) avanço da presença da educação no contexto da pesquisa científica no Brasil e no mundo; c) abrangência local, regional, nacional ou internacional; d) caráter estratégico para a formação e qualificação dos profissionais.</p>	<p>Há evidências de que a produção intelectual promove efeito transformador em APENAS UM dos seguintes tópicos: a) inovação da produção intelectual; b) avanço da presença da educação no contexto da pesquisa científica no Brasil e no mundo; c) abrangência local, regional, nacional ou internacional; d) caráter estratégico para a formação e qualificação dos profissionais.</p>	<p>NÃO há evidências claras de que a produção intelectual é inovadora, apresenta avanços no contexto da pesquisa educacional no contexto da pesquisa científica no Brasil e no mundo; apresenta abrangência internacional, nacional, regional ou local segundo os objetivos do PPG e apresenta caráter estratégico para a formação e qualificação dos profissionais.</p>
<p>3.1.2. Razão entre o número de artigos A1+A2 publicados pelo Programa (docentes, discentes e egressos) e o total de docentes permanentes (PESO 10%)</p>	<p>$\geq 0,5 \sigma$ acima da média</p>	<p>$\geq 0,5 \sigma$ abaixo da média e $< 0,5 \sigma$ acima da média</p>	<p>$< 0,5 \sigma$ abaixo da média e $\geq 1 \sigma$ abaixo da média</p>	<p>$< 1 \sigma$ abaixo da média e > 0</p>	<p>= 0 (Zero)</p>



<p>3.1.3. Qualidade das produções intelectuais mais importantes selecionadas e justificadas pelo próprio PPG, excluídas as dos egressos. Deve-se considerar: a) PPG com até 20 DP: 5 produtos; b) PPG com 21 a 40 DP: 8 produtos; c) PPG com até 41 ou mais DP: 10 produtos (PESO 25%)</p>	<p>Há evidências claras de que a TOTALIDADE do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas é de qualidade, com impactos na sociedade.</p>	<p>Há evidências claras de que A MAIORIA do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas é de qualidade, com impactos na sociedade.</p>	<p>Há evidências claras que EM TORNO DA METADE do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas são de qualidade, com impactos na sociedade, ou há algumas evidências que a TOTALIDADE do referido número mínimo é de qualidade, com impactos na sociedade.</p>	<p>Há evidências que A MINORIA do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas são de qualidade, com impactos na sociedade.</p>	<p>NÃO há evidências de que a produções intelectuais mais importantes são de qualidade, com impactos na sociedade</p>
<p>3.1.4. Qualidade das produções intelectuais mais importantes dos egressos, selecionadas e justificadas pelo próprio PPG. Deve-se considerar: a) PPG com até 20 DP: 5 produtos; b) PPG com 21 a 40 DP: 8 produtos; c) PPG com até 41 ou mais DP: 10 produtos (PESO 15%)</p>	<p>Há evidências claras de que a TOTALIDADE do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas é de qualidade, com impactos na sociedade</p>	<p>Há evidências claras de que A MAIORIA do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas é de qualidade, com impactos na sociedade</p>	<p>Há evidências claras que EM TORNO DA METADE do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas são de qualidade, com impactos na sociedade, ou há algumas evidências que a</p>	<p>Há evidências que A MINORIA do número mínimo das produções mais importantes que deveriam ser destacadas são de qualidade, com impactos na sociedade</p>	<p>NÃO há evidências de que a produções intelectuais mais importantes são de qualidade, com impactos na sociedade</p>



			TOTALIDADE do referido número mínimo é de qualidade, com impactos na sociedade.		
3.1.5. Relevância da participação dos DP em diretorias e/ou comitês científicos de associações acadêmicas, comissões, comitês, consultorias ad-hoc em agências de fomento internacionais, nacionais ou regionais de pesquisa ou avaliação, comissões editoriais de periódicos qualificados ou comissões científicas de eventos de caráter internacional, nacional ou regional (PESO 15%)	Há evidências claras que A MAIORIA dos DP participa de pelo menos um dos QUATRO itens: A- Diretorias e comitês científicos de associações acadêmicas; B - comissões, comitês, consultorias Ad-hoc em agências de fomento; C - comissões editoriais de periódicos qualificados e D - comissões científicas de eventos acadêmicos; e de que, em pelo menos um dos quatro, há uma participação internacional. E ainda,	Há evidências claras que A MAIORIA dos DP participa de pelo menos um dos elementos: A- Diretorias e comitês científicos de associações acadêmicas; B - comissões, comitês, consultorias Ad-hoc em agências de fomento; C - comissões editoriais de periódicos qualificados e D - comissões científicas de eventos acadêmicos. Mas, há evidências que TRÊS dos QUATRO elementos estão contemplados no	Há evidências que uma parte dos DP participa de pelo menos um dos quatro elementos: A- Diretorias e comitês científicos de associações acadêmicas; B - comissões, comitês, consultorias Ad-hoc em agências de fomento; C - comissões editoriais de periódicos qualificados e D - comissões científicas de eventos acadêmicos. Mas, há evidências que apenas DOIS dos QUATRO elementos estão contemplados no relatório do PPG como	Há evidências que uma parte dos DP participa de pelo menos um dos quatro elementos: A- Diretorias e comitês científicos de associações acadêmicas; B - comissões, comitês, consultorias Ad-hoc em agências de fomento; C - comissões editoriais de periódicos qualificados e D - comissões científicas de eventos acadêmicos. Mas, há evidências que apenas UM dos QUATRO elementos	NÃO há evidências de que os DP participam de diretorias e/ou comitês científicos de associações acadêmicas, comissões, comitês, consultorias ad-hoc em agências de fomento internacionais, nacionais ou regionais de pesquisa ou avaliação, comissões editoriais de periódicos qualificados ou comissões científicas de eventos de caráter



	há evidências que os QUATRO elementos estão contemplados no relatório do PPG como atividades desenvolvidas pelos docentes.	relatório do PPG como atividades desenvolvidas pelos docentes.	atividades desenvolvidas pelos docentes	está contemplados no relatório do PPG como atividades desenvolvidas pelos docentes	
--	--	--	---	--	--

3.2. Impacto econômico, social e cultural do Programa (PESO 30%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
3.2.1. Desenvolvimento de atividades do PPG nas seguintes dimensões referentes aos impactos e à relevância: a) Impacto e relevância econômica (...); b) Impacto e relevância social (...); c) Impacto e relevância cultural (...) (PESO 70% - ACAD; 80% PROF)	Há evidências claras de que as atividades do PPG informadas apresentam SIGNIFICATIVO impacto e relevância em pelo menos DUAS das três dimensões (econômica, social e cultural)	Há evidências claras de que das atividades do PPG informadas apresentam SIGNIFICATIVO impacto e relevância em APENAS UMA das três dimensões (econômica ou social ou cultural)	Há evidências de que as atividades do PPG informadas apresentam impacto e relevância não melhor do que RAZOÁVEIS nas três dimensões (econômica, social e cultural).	Há evidências de que as atividades do PPG informadas apresentam impacto e relevância não melhor do que MÍNIMAS nas três dimensões (econômica, social e cultural).	Há evidências de que as atividades do PPG NÃO apresentam impacto e relevância em nenhuma das três dimensões
3.2.2. Grau de impacto de natureza econômica, social e cultural das atividades colaborativas desenvolvidas pelo PPG, considerando: ...	Há evidências claras de que o PPG desenvolve REGULARMENTE atividades colaborativas dentre	Há evidências claras de que o PPG desenvolve REGULARMENTE atividades colaborativas dentre	Há evidências de que o PPG desenvolve ESPORADICAMENTE atividades colaborativas.	Há evidências de que o PPG POUCO desenvolve atividades colaborativas.	NÃO há evidências de que o PPG desenvolve atividades colaborativas.



(PESO 30% - ACAD; 20% - PROF)	pelo menos DUAS dessas categorias: nucleação; intercâmbios sistemáticos; integração e solidariedade com outros Programas/Instituições ; participação em projetos de cooperação entre PPG.	pelo menos UMA dessas categorias: nucleação; intercâmbios sistemáticos; integração e solidariedade com outros Programas/Instituições ; participação em projetos de cooperação entre PPG.			
--------------------------------------	---	--	--	--	--

3.3. Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do Programa (PESO 35%)

Indicador	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
3.3.1. Detalhamento da política de internacionalização e/ou de inserção local, regional ou nacional do Programa, estabelecendo metas e formas de acompanhamento (PESO 30%)	O PPG apresenta CLARAS evidências e detalhamento de política de internacionalização e/ou inserção social segundo sua missão, indicando as metas e formas de acompanhamento	O PPG apresenta CLARAS evidências e detalhamento de política de internacionalização e/ou inserção social segundo sua missão, ainda que não evidenciando as metas OU formas de acompanhamento	O PPG apresenta ALGUMAS evidências e detalhamento de política de internacionalização e/ou de inserção local, regional ou nacional do Programa I segundo sua missão	O PPG apresenta POUCAS evidências e detalhamento de política de internacionalização e/ou de inserção local, regional ou nacional do Programa segundo sua missão	O PPG NÃO apresenta evidências e detalhamento de política de internacionalização, nem de inserção local, regional ou nacional do Programa segundo sua missão



3.3.2.a. Quanto à política de internacionalização, observar o grau de desenvolvimento das seguintes atividades: Pesquisa, Produção Intelectual, Mobilidade (PESO 50%)**	O PPG apresenta CLARAS evidências e detalhamento de CONSISTENTES atividades de internacionalização nas TRÊS dimensões de pesquisa, produção intelectual e mobilidade	O PPG apresenta CLARAS evidências e detalhamento de atividades de internacionalização em DUAS das dimensões mencionadas no indicador (pesquisa, produção intelectual, mobilidade)	O PPG apresenta CLARAS evidências e detalhamento de atividades de internacionalização em UMA dimensão mencionadas no indicador (pesquisa, produção intelectual e mobilidade)	O PPG apresenta POUCAS evidências e sem detalhamento das atividades de internacionalização	O PPG NÃO apresenta evidências e detalhamento das atividades de internacionalização
3.3.2.b. Quanto à política de inserção, observar: a) Priorização de temáticas locais e/ou regionais nos trabalhos de conclusão do PPG; b) Desenvolvimento institucional das seguintes atividades: participação em redes nacionais de pesquisa; parcerias com as redes de educação básica; formação continuada de profissionais da educação; assessorias e consultorias; organização de eventos; ações de interiorização; articulação com movimentos sociais; c) Adoção	O PPG apresenta CLARAS evidências e detalhamento de CONSISTENTES atividades de inserção social em TODAS as TRÊS dimensões mencionadas no indicador 3.3.2.b.	O PPG apresenta CLARAS evidências e detalhamento de atividades de inserção social em DUAS das dimensões mencionadas no indicador 3.3.2.b.	O PPG apresenta CLARAS evidências e detalhamento de atividades de inserção social em apenas UMA das dimensões mencionadas no indicador 3.3.2.b.	O PPG apresenta POUCAS evidências e detalhamento das atividades de inserção social.	O PPG NÃO apresenta evidências e detalhamento das atividades de inserção social



de ações afirmativas na seleção de alunos (PESO 50%)**					
3.3.3. Conteúdo e forma da página web do PPG, observando informações sobre: a) Docentes, com indicação ao currículo lattes; b) O desenho do Programa (Área de concentração e linhas de pesquisa, estrutura curricular); c) A relação de grupos de pesquisa; d) Acesso aos textos integrais dos Trabalhos de Conclusão (teses e dissertações); e) Políticas de credenciamento docente; f) Normas internas (regimento, deliberações, editais, etc.); g) Processo de seleção para mestrado e/ou doutorado; h) A página web tem versão em outro/s idioma/s afora a língua portuguesa; i) Repositórios institucionais e acervos com produtos e dados de pesquisa;	A página web do PPG apresenta quantidade e qualidade de informações detalhadas sobre A QUASE TOTALIDADE das dimensões mencionadas no indicador 3.3.3, desde que existam informações sobre os elementos A, B, D, E, F, G, H, J.	A página web do PPG apresenta quantidade e qualidade de informações detalhadas sobre A MAIORIA das dimensões mencionadas no indicador 3.3.3, desde que existam informações sobre os elementos A, B, D, E, F, G.	A página web do PPG apresenta quantidade e qualidade de informações detalhadas sobre EM TORNO DA METADE das dimensões mencionadas no indicador 3.3.3.	A página web do PPG apresenta quantidade e qualidade de informações detalhadas sobre A MINORIA das dimensões mencionadas no indicador 3.3.3.	A página web do PPG NÃO apresenta informações detalhadas sobre as dimensões mencionadas no indicador 3.3.3



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
DAV/CAPES



j) Transparência (atas, prestações de contas, critérios e resultados de processo seletivo, etc.) (PESO 20%)					
--	--	--	--	--	--

*** Os indicadores 3.3.2.a e 3.3.2.b foram calculados considerando a opção do PPG em ser avaliado pela Internacionalização ou pela Inserção Social. Se o PPG não fez tal indicação ou optou por ambas, o peso dos indicadores foi de 25% cada um.*

V. CONSIDERAÇÕES PARA A ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7

A Comissão de Notas 6 e 7 da Área de Educação foi constituída por 6 pesquisadores. O trabalho foi realizado online entre os dias 25 de maio e 1 de junho. Os pesquisadores não participaram da avaliação de seus próprios programas e, ainda que tenham se mantido na sala no momento da sua discussão, não podiam emitir opinião.

Foram indicados para o trabalho dessa Comissão, 13 programas, a saber: UFBA, UFES, UFRJ, UERJ, PUC-RJ, UFMG, UFSCar, UFSCar-EE, UNESP-Marília, UFPR, PUC-PR, PUC-RS, UNISINOS. Desses, 9 são programas avaliados como 6 ou 7 no quadriênio 2013-2016 e 4 são programas avaliados como 5 no referido quadriênio. Um programa 6 no quadriênio 2013-2016 não atendeu aos critérios de indicação. Conforme as regras da avaliação, foram indicados apenas programas com todos os quesitos MB (muito bom) e com, no máximo, dois conceitos B (bom) nos itens de avaliação. Verificou-se, também, nessa etapa de indicação, se os programas apresentavam desempenho diferenciado em um conjunto de indicadores de produção bibliográfica, destinação dos egressos (2.3.1 e 2.3.2) e estratégias inovadoras de formação (2.5.2). Em relação à produção bibliográfica docente, exigiu-se que a “média dos 4 produtos indicados por docente permanente” fosse superior a um desvio-padrão acima da média da Área (2.4.1) e que houvesse equilibrada distribuição da produção docente entre os membros do corpo permanente (2.4.2). Além desses indicadores, foi exigido que os programas tivessem desempenho diferenciado no que tange à presença dos docentes no sistema de C&T (3.1.5), à capacidade de nucleação e ao impacto (3.2.2) e destacada internacionalização (3.3.1 e 3.3.2a). O quadro 5 explicita o conjunto de indicadores utilizados para a seleção dos programas a serem avaliados como 6 e 7. O quadro 6 apresenta as avaliações de cada um dos programas em cada um dos indicadores, ainda que, para a indicação, a exigência fosse maior do que conceitos MB em todos os itens: desempenho diferenciado nos itens qualitativos e, pelo menos, um desvio padrão acima da média para os quesitos quantitativos.

Quadro 5: Descrição dos quesitos selecionados

Quesito	Item	Indicador	Descrição
2	2.3	2.3.1	Destino, atuações e impactos acadêmicos (qualidade e quantidade de publicações após a conclusão do curso) e sociais de cinco egressos titulados entre 2016 e 2020, considerados como exemplares em termos da missão e perfil do Programa.
2	2.3	2.3.2	Destinos, atuações e impactos acadêmicos (qualidade e quantidade de publicações após a conclusão do curso) e sociais resultantes da formação dos egressos indicados pelo PPG, considerando: Área de atuação; Inserção no mercado de trabalho; Assunção de postos de liderança na

			administração pública ou na sociedade civil; continuidade de estudos.
2	2.4	2.4.1	Média ponderada de até quatro produções, indicadas pelo PPG, por docente permanente no quadriênio, vinculadas à área da Educação, em periódicos científicos, livros e capítulos, verbetes e produto técnico-tecnológico, excluída a duplicidade do produto na forma de coautoria entre docentes do mesmo PPG, considerando: a) mínimo de dois artigos em periódicos; b) não mais que dois livros ou capítulos de livros ou verbetes ou PTT; c) no máximo 1 (um) dos produtos bibliográficos pode ser publicado em revistas científicas vinculadas ao PPG ou Faculdade de Educação ou equivalente, ou editora universitária vinculada à IES.
2	2.4	2.4.2	Porcentagem de docentes permanentes que publicaram artigos em periódicos científicos Qualis A1 ou Livro L1 ou L2.
2	2.5	2.5.2	Presença de estratégias inovadoras de formação.
3	3.1	3.1.5	Relevância da participação dos DP em diretorias e/ou comitês científicos de associações acadêmicas; comissões, comitês, consultorias ad-hoc em agências de fomento internacionais, nacionais ou regionais de pesquisa ou avaliação; comissões editoriais de periódicos qualificados; ou comissões científicas de eventos de caráter internacional, nacional ou regional
3	3.2	3.2.2	Grau de impacto de natureza econômica, social e cultural das atividades colaborativas desenvolvidas pelo PPG.
3	3.3	3.3.1	Detalhamento da política de internacionalização e/ou de inserção local, regional ou nacional do Programa, estabelecendo metas e formas de acompanhamento.
3	3.3	3.3.2	Quanto à política de internacionalização, observar o grau de desenvolvimento das seguintes atividades: Pesquisa, Produção Intelectual, Mobilidade.

Quadro 6: Notas por quesito selecionado dos programas em avaliação

Programa	Código	2.3.1	2.3.2	2.4.1	2.4.2	2.5.2	3.1.5	3.2.2	3.3.1	3.3.2
UFBA	28001010001P9	MB	MB	86,15	69,06	MB	MB	MB	MB	MB
UFES	30001013001P1	MB	MB	95,08	91,80	MB	MB	MB	MB	MB
UFRJ	31001017001P4	MB	MB	89,75	96,82	MB	MB	MB	MB	MB
UERJ	31004016006P5	MB	MB	91,60	99,35	MB	MB	MB	MB	MB
PUC-RIO	31005012001P0	MB	MB	88,56	96,97	MB	MB	MB	MB	MB
UFMG	32001010001P7	MB	MB	86,87	100	MB	MB	MB	MB	MB
UFSCar	33001014001P0	MB	MB	85,38	71,15	MB	MB	MB	MB	MB
UFSCar-EE	33001014002P6	MB	MB	95,85	100	MB	MB	MB	MB	MB
UNESP-MAR	33004110040P5	MB	MB	88,29	96,89	MB	MB	MB	MB	MB

UFPR	40001016001P0	MB	MB	85,27	100	MB	MB	MB	MB	MB
PUC-PR	40003019007P0	MB	MB	91,69	100	MB	MB	MB	MB	MB
PUC-RS	42005019001P0	MB	MB	92,02	100	MB	MB	MB	MB	MB
UNISINOS	42007011003P6	MB	MB	92,06	100	MB	MB	MB	MB	MB
MÉDIA + DP				85,01	86,86					

Num primeiro momento, o grupo detalhou os componentes a serem considerados na avaliação dos cursos 6 e 7 da Área de Educação, tomando por base a legislação aprovada para a avaliação e os relatórios dos GT constituídos pelo CTC-ES para analisar as temáticas de internacionalização, impacto e avaliação. Foi determinado que a avaliação mais detalhada da Área para cursos 6 e 7 levaria em consideração 4 componentes, a saber: (i) inserção do corpo docente no sistema de C&T; qualidade da pesquisa realizada e da formação oferecida; e políticas claras de funcionamento e de avaliação do programa; (ii) internacionalização; (iii) nucleação, solidariedade e liderança; e (iv) impacto social e econômico e inovação. Tais componentes serão detalhados ao final desta seção do relatório.

Em seguida, os 6 avaliadores foram reunidos em duplas, considerando a localização geográfica de sua instituição, e a cada dupla foi alocado um conjunto de 4 a 5 programas de Estados da federação (e regiões, quando possível) diferentes daqueles em que atuam. Em reuniões setorizadas, cada dupla produziu, para cada um dos programas sob sua responsabilidade, um relatório pormenorizado sobre cada um dos componentes da avaliação estabelecidos para a indicação das notas 6 e 7. Esse relatório foi, então, compartilhado e discutido com a totalidade dos membros da comissão. Na primeira reunião, discutiram-se as avaliações dos programas elegíveis para a Nota 7 (os que já eram programas de excelência e tinham recebido o conceito MB em todos os itens), a saber: UERJ, UFMG, UFSCAR-EE, UNESP-Marília, UFPR. Houve consenso sobre a indicação das notas recomendadas pela dupla que os analisou. Na segunda reunião, foram analisados os demais programas, e rediscutidos todos os possíveis movimentos de elevação ou rebaixamento de notas, casos em que se optou pela leitura da parte descritiva dos relatórios dos programas pelo conjunto dos membros da comissão. Essa segunda rodada de leituras subsidiou os posicionamentos finais, havendo consenso de toda a comissão em relação às notas atribuídas. Assim, a recomendação final da comissão, por unanimidade, foi: 4 programas indicados para Nota 7; 5 programas indicados para Nota 6; e 4 programas indicados para Nota 5. Em relação ao quadriênio anterior, dois programas passaram de 6 para 7; outro de 7 para 6; um programa desceu de 6 para 5. O quadro 7 apresenta o histórico dos programas indicados em termos de notas obtidas ao longo dos últimos 3 ciclos avaliativos:

Quadro 7: Notas dos programas recomendados nos últimos 3 ciclos avaliativos

Programa	Código	Recomendação	2016-2013	2012-2010	2009-2007
UERJ	31004016006P5	7	7	7	7
UFMG	32001010001P7	7	7	7	7

UFSCAR-EE	33001014002P6	7	6	6	5
UFPR	40001016001P0	7	6	5	4
PUC-RIO	31005012001P0	6	6	6	7
UFRJ	31001017001P4	6	6	5	5
UNESP-MAR	33004110040P5	6	6	5	4
PUC-RS	42005019001P0	6	6	6	5
UNISINOS	42007011003P6	6	7	6	6

Nota: Por decisão do CTC-ES, além desses programas, o programa UFSCAR - 33001014001P0 também foi classificado como Nota 6, tendo em vista o seu forte perfil de internacionalização.

Pode-se observar que não houve alterações bruscas das notas, o que é esperado, na medida em que os indicadores utilizados na avaliação somente são consolidados no longo prazo, ainda que as dificuldades vividas no quadriênio avaliado tenham exigido dos programas grandes esforços para a manutenção de sua posição de excelência, inclusive, face às novas exigências de inovação e, em certa medida, de internacionalização.

O parecer final de cada PPG contemplou detalhadamente, da forma mais completa possível, a descrição e análise da qualidade e da excelência do programa indicado à nota 6 ou 7, de forma a não deixar dúvidas sobre a criteriosidade e o rigor de tal avaliação e o merecimento da classificação.

Sugere-se que os programas que buscam estrategicamente uma classificação nesse nível, consultem os pareceres dos programas agora classificados nesses estratos, para se ter um parâmetro das exigências e desempenho esperados.

A avaliação que resultou na mencionada classificação focalizou em quatro componentes centrais para esse nível de excelência:

I. Inserção do corpo docente no sistema de C&T; qualidade da pesquisa realizada e da formação oferecida; e políticas de funcionamento e de avaliação do programa

O primeiro componente da avaliação é constituído de indicadores, de alguma forma, considerados para todos os programas sob avaliação. No caso dos 6 e 7, no entanto, espera-se desempenho diferenciado, de modo que apenas ocorrências de alto padrão foram consideradas.

Para demonstrar a inserção do corpo docente no sistema de C&T, considerou-se: (i) a presença de destacado percentual de bolsistas do CNPq, nos níveis mais altos para o conceito 7; (ii) a presença em agências de fomento (CNPq, CAPES, FINEP, FAP, por exemplo) seja na diretoria, em conselhos superiores ou nos comitês de Área (em especial em sua coordenação); (iii) presença na diretoria de associações científicas nacionais e internacionais de alto padrão, com tradição na Área e elevado número de associados; e, em menor proporção, participação em comissões de julgamento de alto nível em agências de fomento.

Para demonstrar a qualidade da pesquisa, recorreu-se aos indicadores de produção já referidos, quais sejam: produção bibliográfica diferenciada, atingindo 1 desvio-padrão acima da média da Área, considerando os 4 produtos selecionados por docente permanente; e distribuição da produção pelos membros do corpo permanente (acima de 75% dos docentes com produtos A1 e A2). Além desses indicadores, foram consideradas as avaliações por pares dos projetos de pesquisa em andamento, de modo que foi exigido alto percentual de projetos com financiamento de agências de fomento nacionais e internacionais. Nos programas classificados como 7, espera-se que a quase totalidade dos projetos de pesquisa contem com algum financiamento na forma de auxílios e/ou bolsas para o pesquisador. Nos programas 6, a maioria dos projetos deve contar com financiamento.

Em relação à formação oferecida, buscaram-se indicadores de qualidade, com ênfase em temáticas relevantes e atuais na Área, verificadas nas atividades curriculares e extracurriculares, nas teses e dissertações, nas produções docente e discente. Também o destino dos graduados foi tomado como indicador dessa qualidade. Para egressos do doutorado, foi valorizada sua atuação em programas de pós-graduação (fundamental para conceito 7) e em atividades de gestão de alto nível. Para o mestrado, considerou-se desejável que um percentual dos egressos prosseguisse os estudos em nível de doutorado. Cumpre, ainda, ressaltar que a produção de discentes e egressos dos programas com indicação de 6 e 7 já era elevada em comparação com a média da Área.

Para além desses indicadores – em sua maioria referentes à excelência superior à dos programas 5 nos quesitos II e III –, o planejamento e a autoavaliação dos programas foram retomados. Para atribuição de notas 6 e 7, os planejamentos deveriam demonstrar uma política clara, contínua e articulada, já em andamento e com resultados, de internacionalização e de promoção de atividades de impacto social e inovação, entre outros aspectos. Igualmente, considerou-se necessária a apresentação de uma política de autoavaliação e acompanhamento já em funcionamento e com continuidade.

II. Internacionalização

A internacionalização é um dos componentes que mais centralmente diferencia os cursos 6 e 7 dos demais cursos da Área de Educação. Para sua avaliação, considerou-se a definição do GT da CAPES criado com tal finalidade que aponta os seguintes aspectos a serem avaliados: “pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes em colaboração e atuação institucional, além de condições institucionais específicas de apoio” (CAPES, 2019, p.5). Para o detalhamento de cada um dos aspectos, seguiu-se a tabela presente na página 8 do referido documento, com as adaptações necessárias às especificidades da Área.

Assim, considerou-se, como indicadores de internacionalização no âmbito da pesquisa, a existência de pesquisa com financiamento internacional, com equipe internacional e/ou a participação em grupos de pesquisa do exterior.

Em relação à produção intelectual, foi valorizada a produção internacionalizada, tanto publicada no exterior como em periódicos nacionais em inglês e indexados em bases como Scopus e WoS. Foi também considerada para a avaliação a produção bibliográfica resultante de projetos colaborativos com parceiros do exterior, com autoria exclusiva de pesquisadores brasileiros ou em coautoria com pesquisadores atuando no exterior. O domínio diferencial do idioma – problemático para textos argumentativos –, bem como o fato de a Educação ser uma Área contexto-dependente tornam pouco prevalente a publicação em veículos fora do país e, em especial, a coautoria com pesquisadores estrangeiros (neste caso, também temos que conviver com a tradição de autoria única em algumas subáreas, no Brasil e no exterior). Ainda assim, nos cursos 6 e 7, a Área vem registrando avanços consideráveis que se materializam na presente avaliação.

No que tange à mobilidade acadêmica, foram também considerados todos os indicadores constantes da referida tabela, com destaque para mobilidades mais duradouras de docentes e discentes *in-out*: estágio docente e missões de trabalho no exterior, pós-doutorado, doutorado sanduíche, cotutela e/ou dupla titulação. Cumpre ressaltar a suspensão de tais atividades no ano de 2020, assim como o impacto da redução de recursos para tal finalidade nos anos iniciais do quadriênio. Também foram valorizadas a participação do corpo docente na organização e em comissões científicas de eventos no exterior; na editoria de periódicos internacionais; em diretorias de associações científicas internacionais; em bancas, seminários de pesquisa e atividades congêneres; entre outras. Considerou-se, também, a participação de discentes e docentes em eventos no exterior, com apresentação de trabalhos ou conferências.

Finalmente, foi entendimento da comissão que o apoio institucional é fundamental para o sucesso e a continuidade dessas políticas. Nesse sentido, foi considerado fundamental que o planejamento do programa indicasse uma política de internacionalização, com apoio institucional perceptível em ações concretas. Dentre tais ações está a própria liberação do docente para atividades no exterior – explicitada em mobilidades efetivadas no quadriênio –, a existência de setor de intercâmbio internacional, o oferecimento de condições de infraestrutura para os estudantes, entre outras. Em especial, foi importante que houvesse demonstração de provimento de recursos, próprios ou de projetos institucionais, para que as ações de internacionalização sejam possíveis. Um dos indicadores importantes considerados no que tange ao financiamento foi a participação do programa de pós-graduação no Projeto Institucional de Internacionalização (CAPES/Print) da CAPES, sem prejuízo de outras formas de financiamento de fundações estaduais e outras agências nacionais e internacionais, de parceiros nacionais e internacionais ou mesmo da própria universidade.

III. Nucleação, solidariedade

O esperado protagonismo dos programas 6 e 7 de padrão internacional no cenário nacional foi o terceiro componente considerado na avaliação da Área de Educação. A

atuação desses programas na melhoria de todo o sistema de pós-graduação na Área – e, eventualmente, em áreas correlatas – juntamente com o trabalho de seus docentes no sistema de C&T, indica o seu impacto para a melhoria da pós-graduação no país. Ainda que tenhamos poucos indicadores objetivos de tal impacto, a Área entende que isso se deve, em certa medida, a nossa incapacidade de um acompanhamento sistemático das intervenções propiciadas, por exemplo, por ações como Dinter/Minter, PROCAD, Casadinhos, PNPD (CAPES) ou editais interinstitucionais como Universal, Humanidades (CNPq). As avaliações dessas ações têm sido, sempre que realizadas, muito positivas, razão pela qual elas foram destacadas na avaliação dos cursos 6 e 7. Novamente, tais atividades são também desenvolvidas por programas 5 (e até 4), de modo que se considerou a necessidade de um impacto diferencial para atribuição das notas 6 e 7. Nesse sentido, foi valorizada a existência de uma política de colaboração de longo prazo que tenha apresentado resultados concretos ao longo do quadriênio em avaliação. Destaca-se que, com a redução do financiamento da pós-graduação e da pesquisa e com a pandemia em 2020, os resultados foram mais modestos do que em anos anteriores para o conjunto dos programas da Área. No entanto, nos destacados com recomendação de 6 e 7, essas atividades tiveram continuidade, em especial os projetos Dinter/Minter e pesquisas conjuntas, algumas delas incluindo parceiros nacionais e internacionais simultaneamente.

IV. Impacto social e econômico e inovação

A Área de Educação decidiu considerar o impacto e a relevância econômica e social dos programas de forma associada com a inovação, tomando por base os relatórios dos GT da CAPES. Em primeiro lugar, optou-se por tratar em conjunto os impactos sociais e econômicos pela dificuldade de separá-los, dificuldade reconhecida há muito pela literatura de ambos os campos e destacada no relatório do GT da CAPES. Considerou-se, como atestado à página 27 de tal relatório, que o impacto social é o “viés principal” (CAPES, 2020, p.27) das Humanidades, na maioria das vezes, com desdobramentos econômicos tanto para os sujeitos envolvidos quanto para o desenvolvimento do país. Em segundo lugar, ainda que cientes de que nem toda atividade de impacto e relevância é inovadora, a avaliação integrada entre impacto e inovação deveu-se à elevada interseção entre as ações destacadas nos relatórios dos GT quando se pronunciavam sobre esses dois aspectos. Para uma abordagem mais orgânica, optou-se pelo destaque das ações de impacto, informando seu potencial de inovação.

Como as ações de impacto “nunca foram demandadas ou induzidas pela CAPES e pelas áreas que hipervalorizaram a produção bibliográfica em língua estrangeira (‘geradora de impacto’), o que fez com que diversas atividades efetivamente desenvolvidas fossem subnotificadas” (CAPES, 2020, p.27), não há tradição de indicadores para sua avaliação. A Área de Educação, em que pese ser uma “área aplicada” e com uma preocupação muito significativa e reconhecida com o social, não escapou dessa tendência geral, em especial na avaliação dos programas 6 e 7. Ainda que, ao longo dos anos, muitas atividades de impacto cultural, social e econômico, algumas com potencial de inovação,

fossem realçadas nos relatórios, a avaliação ficou muito concentrada nos impactos mais facilmente contabilizáveis e diretamente ligados à pesquisa – produção bibliográfica e produtos (livros, materiais e propostas didáticas) – e à formação (destinação profissional dos egressos). Com isso, impactos menos tangíveis e de difícil identificação e mensuração têm ficado de fora da avaliação e precisam ser recuperados, o que, com base nos relatórios dos GT da CAPES que se debruçaram sobre as temáticas, se buscou superar, na medida do possível, na presente avaliação dos programas 6 e 7.

Assim sendo, sem pretender produzir uma lista exaustiva, a avaliação de impacto social-econômico, com potencial de inovação, para os programas 6 e 7 da Área de Educação se debruçou sobre um conjunto de indicadores apresentados a seguir. Tendo em vista a dificuldade de se produzirem resultados quantitativos de tais impactos/potenciais inovadores, em especial no curto prazo, a avaliação tomou por base informações dos relatórios e a expertise dos avaliadores. Para tanto, procedeu-se a exaustiva discussão de tais impactos e de seu potencial inovador para os 13 programas candidatos a 6 e 7.

Neste relatório, sumarizamos alguns indicadores de impacto/potencial inovador utilizados na avaliação dos programas 6 e 7 da Área de Educação, destacando que não se trata de atividades em sua totalidade obrigatórias para o atingimento de tais notas. Valorizaram-se, quando cabível, a continuidade, a intensidade dos impactos e das inovações potenciais e o grau de abrangência das atividades. Como se poderá observar, muitas dessas atividades são de difícil mensuração. No entanto, tendo em vista a sua importância, optamos por relacioná-las.

1. *Na formação profissional inicial:* sendo a formação de quadros para o Ensino Superior uma das principais funções da pós-graduação *stricto sensu*, ela tem um impacto imediato na formação profissional inicial. No caso da Educação, isso se dá, em grande medida, ainda que não exclusivamente, nos cursos de formação de professores que, por sua natureza, impactam a Educação Básica. Não se tem, ainda, no Brasil, um mecanismo estruturado de acompanhamento da trajetória dos formandos capaz de fornecer indicadores quantitativos sustentáveis desse impacto. No entanto, as avaliações nacionais da Educação Básica têm demonstrado que as escolas públicas com melhor desempenho são aquelas em que professores têm formação em nível superior e em nível da pós-graduação *stricto sensu*. Nesse sentido, a Comissão 6 e 7 da Área de Educação considerou que a destinação profissional dos egressos como professores de cursos superiores é um indicador de impacto dos programas.

Além da atuação direta na formação, a pós-graduação tem produzido a maior parte da literatura utilizada nos cursos de formação inicial e continuada de professores e também utilizada nos processos seletivos de docentes para as redes públicas, o que maximiza seu impacto para além das Universidades de destino de seus estudantes. Juntamente com a produção de material de divulgação científica, abordada no item 7, foi valorizada a produção bibliográfica que atinge tais finalidades. Seria importante o desenvolvimento de indicadores que captassem as referências utilizadas em cursos de formação profissional, assim como em concursos públicos nas áreas específicas. Mesmo na

ausência de indicadores quantitativos, a Comissão de 6 e 7 da Área de Educação, valorizou esse impacto quando possível sua inferência.

2. *Nas políticas públicas nos diferentes níveis:* o impacto na definição de políticas públicas do conhecimento produzido nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas é um dos mais extensivos, em função do público atingido. A citação direta é, no entanto, muito reduzida, por características do próprio processo político de produção desses documentos. Como destacado na literatura da Área, no entanto, muitos estudos, críticos ou não, das políticas têm sido incorporados tanto na produção de novas versões dos documentos quanto na sua implementação e na sua avaliação. Por fim, cumpre, ainda, destacar que as políticas são escritas por profissionais, em sua maioria, vinculados ou oriundos dos programas de pós-graduação. Nesse sentido, a Comissão de 6 e 7 da Área de Educação, valorizou estudos e pareceres sobre políticas, participação em comissões de elaboração ou de avaliação de políticas, entre outros.

3. *Na Educação Básica:* como a maior parte da produção da Área de Educação tem por objeto a Educação Básica, ações de melhoria da formação oferecida nesses níveis de ensino foram valorizadas. Nesse sentido, pesquisas e ações nas escolas, participação em Editais voltados a parcerias com as escolas públicas, com resultados reportados, material didático, softwares educativos foram produtos destacados. Cumpre ressaltar que tanto material didático (na forma de material escrito ou divulgado online) como a produção de softwares foram considerados produtos de médio-alto potencial de transferência de conhecimento pelo GT da CAPES.

4. *Na circulação do conhecimento:* como a maior parte da pesquisa em Educação é realizada na Pós-Graduação, não há dúvidas do impacto desse nível na produção e na circulação do conhecimento na Área. Dessa maneira, a própria produção bibliográfica dos cursos foi considerada ação de impacto, como ademais reconhecem os documentos dos GT da CAPES. Ações que ajudam na circulação do conhecimento para público especialista foram consideradas também como indicadores de impacto/inação potencial. Nesse sentido, foram valorizadas a manutenção de revistas científicas de qualidade – o que na Área de Educação está, muitas vezes, a cargo dos programas de pós-graduação – e a organização de eventos científicos abrangentes e de alto nível acadêmico.

5. *Na divulgação científica e na formação continuada:* tendo em vista que o público-alvo do conhecimento produzido na Área de educação envolve um conjunto de profissionais professores e formadores, veículos e atividades de divulgação científica para esse público têm um impacto presumido muito grande na melhoria da qualidade da educação pública, sendo também atividades de formação continuada. Nesse sentido, revistas, blogs, canais de comunicação com material de qualidade foram valorizados, assim como atividades de formação mais longas (minicursos) ligadas às pesquisas em desenvolvimento.

6. *Na própria melhoria da Pós-Graduação:* espera-se de um programa 6 e 7 que ele nucleie atividades que contribuam para a melhoria da própria Pós-Graduação. Tais

atividades foram consideradas como de impacto/potencial inovação, mas estão mais detalhadas nos tópicos formação e nucleação/solidariedade deste relatório.

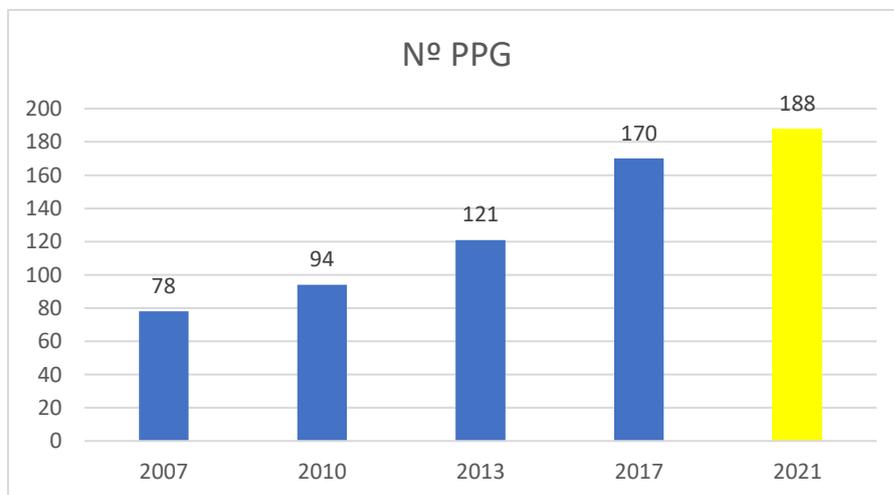
VI. COMPARAÇÃO COM AS AVALIAÇÕES ANTERIORES

A Área de Educação contou na avaliação da quadrienal de 2021 (referente ao período 2017-2020) com 188 programas de pós-graduação, sendo 137 acadêmicos e 51 profissionais. Com o propósito de oferecer uma visão geral da evolução e das tendências dos programas da Área de Educação, foram resumidas informações que permitem uma comparação da trajetória da Área deste quadriênio com o anterior (2013/2016) e com os três últimos triênios (2004/2006; 2007/2009; 2010/2012).

Como mencionado, atualmente a Área conta com 188 PPG. No quadriênio 2013/2016, eram 170 programas, sendo 128 acadêmicos e 42 profissionais. Eram, ao total, 121 em 2013, 94 em 2010 e 78 na trienal de 2007. Tal crescimento atinge uma elevação de 141% comparando 2007 com 2020.

O número de PPG em 2020 poderia ser ainda maior, pois só houve dois editais de APCN no quadriênio e isso pode ter representado um obstáculo na ampliação do número final.

Gráfico 1: Evolução do número de PPG – Área de Educação



a) Comparação de Procedimentos

Houve várias mudanças de procedimentos devido a decisões tomadas pelo CTC-ES a respeito da estrutura da Ficha de Avaliação e de outros elementos da avaliação como o Qualis Periódicos, a avaliação de livros, a relação entre internacionalização e inserção social, dentre outros aspectos. Tais mudanças foram aplicadas a todas as áreas e não serão detalhadas neste relatório. O que se trata neste tópico são mudanças específicas

da Área de Educação, independentemente das mudanças da política geral de avaliação por parte do CTC-ES.

Portanto, em relação aos procedimentos usados pela Área, a avaliação realizada neste quadriênio buscou incrementar o trabalho que vinha sendo feito com muita qualidade pelas coordenações anteriores da Área. Partiu-se das análises desenvolvidas pela Coordenação da Área no relatório de 2017, bem como dialogou-se intensamente com os PPG da Área na busca de um modelo avaliativo ainda mais adequado para os propósitos de desenvolvimento da qualidade.

Um primeiro aspecto alterado diz respeito à quantidade de produtos intelectuais dos docentes a serem avaliados. No quadriênio anterior, buscou-se restringir essa quantidade para um total de 8 produtos por docente permanente. Contudo, por dificuldades técnicas, não foi possível tomar efetivamente 8 produtos de cada um dos docentes, evitando-se a duplicidade de produtos. Isto foi equacionado no quadriênio atual, com o módulo de Destaques, no qual os PPG puderam indicar os melhores produtos dos docentes. Ademais, restringiu-se no atual ciclo a um total de 4 produtos intelectuais por docente permanente, no máximo, entendendo que uma avaliação da qualidade dessa produção pode ter evidências suficientes com a análise do equivalente a um produto por ano de atuação de cada DP.

Um segundo aspecto se refere aos critérios para análise dos indicadores quantitativos. E esse elemento se divide em duas questões. A primeira se refere às linhas de corte de alguns indicadores quantitativos. Em 2017, tomou-se como padrão para os indicadores quantitativos comparativos a ideia de que MUITO BOM equivale a todos os PPG que obtivessem resultado numérico acima da média. Em 2021, entendeu-se que esse corte deveria ser mais exigente, passando a classificar como MUITO BOM os programas que tivessem resultados igual ou superior de 0,5 desvio-padrão acima da média, conforme explicado em sessão anterior deste relatório. De forma mais concreta, supondo uma distribuição normal, em 2017 cada indicador seria avaliado como MUITO BOM para 50% dos programas; em 2021, o referido percentual foi 34%, o que corresponde com a lógica de uma escala que distribui seus elementos pelos diferentes níveis.

A segunda questão sobre tais critérios tem relação com o preestabelecimento de parâmetros avaliativos na maioria dos indicadores quantitativos em 2017 (e anteriormente desde 1998). Isto é, o atingimento dos conceitos (MB, B, R, F, I) nesses casos não tomava a comparação entre os PPG da Área, pois não se baseava na média ou outro critério comparativo. Em 2021, tomamos critérios preestabelecidos em apenas dois dos 15 indicadores quantitativos. Nos demais, os critérios, como anunciado anteriormente, foram todos comparativos, tomando-se a relação “média e desvio-padrão” como referência. Entende-se que a utilização da “curva normal” é apropriada à Área de Educação, pelo número absoluto de elementos (188 PPG) que compõem a Área.

Em relação aos indicadores qualitativos, tem-se uma questão central e que se refere à elaboração e à publicização dos critérios avaliativos. Em 2017, os critérios foram elaborados e aplicados pela comissão avaliadora sem a publicação anterior ou posterior



ao processo avaliativo. Na atual avaliação, os critérios para tais indicadores foram discutidos e elaborados pela Coordenação da Área, foram remetidos aos PPG, para colher suas contribuições e uma versão refinada foi tornada pública seis meses antes do encerramento do prazo para o envio do relatório quadrienal pelos PPG, dando informações suficientes e necessárias aos programas para a elaboração do mencionado relatório.

Outra questão referente aos indicadores diz respeito ao fato de que na atual avaliação todos eles são virtualmente iguais para os PPG das duas modalidades (acadêmicos e profissionais), enquanto em 2017, havia indicadores diferentes para programas de modalidades diferentes. Agora em 2021, para os programas profissionais, como mencionado anteriormente, há a aceitação de PTT como um tipo de produto para a avaliação da produção intelectual de docentes e discentes. Contudo, isto se dá sem alterar a lógica dos indicadores. O diferencial entre acadêmicos e profissionais se dá muito mais, portanto, pelo olhar sobre os indicadores qualitativos, os quais são analisados considerando a natureza e a especificidade (missão, objetivos) dos programas das distintas modalidades. Como já mencionada, essa diferença de olhar se relaciona com o fato de que todos os avaliadores dos PPG profissionais são docentes permanentes de programas dessa modalidade.

Também, na atual avaliação, temos alguns indicadores dos quesitos 2 e 3 que não se aplicam a alguns poucos programas, tendo em vista serem programas novos, sem um número mínimo de titulados.

Sobre a avaliação da produção docente, já mencionada, e que toma os melhores produtos para análise, os livros foram e continuam sendo importantes veículos da produção intelectual da Área. Todavia, no quadriênio anterior todas as obras listadas na Plataforma Sucupira poderiam ser enviadas pelos PPG para a devida avaliação de comissões especialmente constituídas para tal fim. Isto era um processo muito trabalhoso, com pouco impacto na pontuação dos programas, se comparado com os resultados gerais da Área. Assim, com vistas a otimizar tal procedimento, e considerando que os PPG da Área registraram mais de 40 mil produtos com ISBN distintos na Plataforma Sucupira, optou-se, em acordo com os programas, que só seriam avaliados individual e qualitativamente os livros autorais (obras completas) que fossem destacados pelos PPG como os melhores produtos dos docentes permanentes. Esse procedimento foi explicado em parte anterior deste relatório. De toda sorte, tal mudança agilizou e favoreceu uma avaliação mais focada na produção em artigos em periódicos científicos.

Para o processo de elaboração da Ficha da Área de Educação neste quadriênio, todos os indicadores utilizados em 2017 foram revistos e vários deles foram alterados ou retirados, predominantemente porque se tratava de indicadores que não diferenciavam os programas e, portanto, não serviam ao objetivo de comparação desta avaliação. Também foram excluídos indicadores que a atual Coordenação de Área entendeu que deveriam ser transferidos para os próprios programas, no que tange à responsabilidade sobre a política e acompanhamento do indicador, como por exemplo o tempo de

conclusão de mestrado-doutorado, a quantidade de orientandos por orientador, a razão entre discentes e docentes e o número máximo de pesquisas nas quais um docente permanente poderia participar.

A tabela a seguir resume tais alterações:

Tabela 9: Alterações nos indicadores 2017-2021 – Área de Educação

Mantidos	Modificados	Retirados	Criados
6*	15	14	21

**alguns dos indicadores mantidos foram desdobrados em mais de um indicador*

b) Comparação de Resultados

Os dados da avaliação de 2021 mostram uma mudança da distribuição das notas dos PPG da Área. Em 2017, a Área tinha uma distribuição mais equilibrada entre as notas 3, 4 e 5/6/7, provavelmente devido ao fato de a Área ter criado muitos programas ao longo do quadriênio 2013-2016 (49 no total). Esses novos programas entraram no sistema com Nota 3 e no início da avaliação quadrienal, a Área tinha 54% de programas na Nota 3 (90 PPG). Isto facilitou, de alguma maneira, a mencionada distribuição mais equilibrada entre os estratos avaliativos.

Durante o atual quadriênio, apenas 18 programas foram criados, o que representa perto de 9% do total de PPG da Área e todos eles entraram com o conceito A no sistema e foram, ao final deste ciclo avaliativo, classificados com Nota 3 (para os mestrados) e 4 (para os doutorados).

Como a tabela a seguir mostra, a Área teve um significativo incremento na quantidade de programas Nota 4. Houve alguns programas que receberam Nota 3 em 2017 e agora passam à Nota 4, tendo em vista sua maturidade e incremento da qualidade. Também se verificou que alguns programas que receberam Nota 5 em 2017, agora foram classificados como Nota 4. Isto se deve a três fatores: a) ao aumento no rigor avaliativo no que tange aos critérios dos indicadores quantitativos, como mencionado no tópico anterior deste relatório, tornando mais difícil o acesso à Nota 5 e; b) à especificação clara dos critérios para análise qualitativa que reduziu as tendências associadas com a subjetividade da análise e; c) à falta de clareza por diversos programas no fornecimento de dados e informações consoante às orientações da coordenação da Área.

Assim, a Área ficou com um total de 42 PPG na Nota 3, o que representa 22% do conjunto de 188 programas; 105 programas na Nota 4 (56%) e; 41 programas Nota 5-6-7 (22%). Em comparação com o período anterior, há aumento no número de PPG Nota 4 (de 40% para 55%) e queda no grupo das Notas 3 (de 30% para 23%) e das Notas 5-6-7 (de 29% para 22%).

Tabela 10. Distribuição de PPG por notas – 2017 e 2021 – Área de Educação

Notas	2017		2021	
	n	%	n	%
3	51	30,00	42	22,3

4	69	40,59	105	55,9
5	40	23,53	32	17,0
6	7	4,12	5	2,7
7	3	1,76	4	2,1
Total	170	100	188	100

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AVALIAÇÃO

a) Síntese da Avaliação:

Os resultados da avaliação deste quadriênio devem ser observados de forma geral, mas também considerando aspectos diversos como modalidade, nível, dependência administrativa, região do país. No que tange à modalidade, enquanto dentre os programas acadêmicos temos PPG em todos os níveis da escola de 3 a 7, com predominância para os PPG com Nota 4, nos profissionais não temos programas avaliados com Nota 5 ou superior, especialmente porque os PPG com doutorado profissional ainda são poucos (apenas 3) e muito recentes, sendo que o mais antigo foi aprovado em 2018, com início de funcionamento em 2019.

A distribuição dos programas profissionais colocou, então, os PPG em somente dois níveis de notas, 3 e 4, sendo que no primeiro grupo tem-se 33,3% do total de programas profissionais, e no grupo das notas 4 tem-se 66,7% da modalidade.

Já entre os acadêmicos, encontrou-se 18,2% de PPG com notas 3, grupo este formado pelos programas novos de mestrado, por programas de mestrado que eram Nota 3 ou 4 e não atingiram desempenho para a Nota 4 e três programas de doutorado que foram classificados neste grupo devido a sérios problemas de desempenho.

Também dentre os programas acadêmicos, a avaliação finalizou com 71 PPG Nota 4, o que equivale a 51,8% dos programas da modalidade. Como informado anteriormente, o número de programas 4 é bem superior ao de programas Nota 3 por conta de existirem programas novos no quadriênio e um processo de amadurecimento e qualidade dos PPG que obtiveram no ciclo anterior, ou mesmo antes, a Nota 3, alcançando neste momento condições para a Nota 4.

Os PPG que foram classificados com Nota 5 formam um total de 41 programas, o que equivale a quase 30% do total dos acadêmicos e um pouco menos de 22% do total da Área. Isso, como mencionado no tópico anterior, representa uma pequena redução em relação ao quadriênio anterior.

Tabela 11. Distribuição dos PPG por Nota e modalidade – Área de Educação

Nota	ACAD		PROF		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Nota 3	25	18,2	17	33,3	42	22,3
Nota 4	71	51,8	34	66,7	105	55,9

<i>Nota 5</i>	41	29,9	0	0,0	41	21,8
<i>Total</i>	137	100	51	100	188	100

No que tange à distribuição regional, temos programas de todos os níveis de Nota em todas as cinco macrorregiões do Brasil, sendo que as regiões Sul e Sudeste concentram a maior parte em números absolutos e proporcionais dos PPG com Nota 5. Com exceção da região Norte, as demais quatro regiões apresentaram menos programas Nota 3 do que Nota 4. E na região Sul há a maior concentração proporcional de PPG notas 4 e 5.

Tabela 12. Distribuição dos PPG por região e Nota – Área de Educação

<i>Nota</i>	<i>N</i>	<i>NE</i>	<i>SE</i>	<i>S</i>	<i>CO</i>	TOTAL	
						n	%
<i>Nota 3</i>	8	14	10	6	4	42	22,3
<i>Nota 4</i>	7	18	45	23	12	105	55,9
<i>Nota 5</i>	1	6	15	17	2	41	21,8
<i>Total</i>	16	38	70	46	18	188	100

Após a avaliação dos PPG que definiu as notas na escala de 3 a 5, a Área contemplou a avaliação dos programas 5 indicados para as notas 6 e 7, conforme detalhadamente descrito em tópico próprio neste relatório. Foram indicados 13 PPG considerando seu alto desempenho na produção intelectual, na internacionalização, na nucleação, na solidariedade e na liderança na Área. Desses 13 indicados, 9 foram aprovados como programas de excelência, sendo cinco deles para a Nota 6 e quatro para a Nota 7. Assim, o quadro final das notas fica assim constituído na Área:

Tabela 13: Distribuição geral dos PPG por Nota – Área de Educação

Nota	PPG	
	n	%
3	42	22,3
4	105	55,9
5	32	17,0
6	5	2,7
7	4	2,1

b) Considerações da Área sobre a COVID-19

Os avaliadores analisaram os depoimentos sobre o COVID e apresentaram como parte do relatório do programa. Ficou evidente que a pandemia afetou os programas negativamente, especialmente a respeito da pesquisa de campo. Por outro lado, os programas, de forma geral, enfrentaram a situação com criatividade, em particular no uso de tecnologias de ensino remoto para prosseguir com suas atividades de ensino e

de orientação. Na sua consideração acerca dos efeitos do COVID, os avaliadores levaram em conta o fato de que o impacto da pandemia na avaliação do quadriênio foi limitado, pois tal fenômeno atingiu apenas os últimos oito meses do ano de 2020, ou seja, aproximadamente 15% do período como um todo. Observaram também que seus efeitos foram distribuídos de forma equitativa entre os programas da Área, sugerindo que não alterou significativamente os resultados de uma avaliação de natureza comparativa, como é a avaliação da CAPES.

Entretanto, a análise de alguns indicadores foi relativizada, na medida em que seu resultado foi fortemente dependente do ano de 2020. Tais indicadores incluem o indicador 1.2.3, que trata da participação de docentes permanentes em estágios pós-doutorais e de pesquisa sênior e o indicador 3.3.2.a que, ao abordar a internacionalização, valoriza a mobilidade de docentes e discentes, algo praticamente inviável a partir de março de 2020.

O efeito da Pandemia foi especialmente nefasto em relação à Coordenação da Área, pois em fevereiro de 2021 o Coordenador de Programas Profissionais, Luiz de Souza Junior morreu vitimado por essa doença, representando a perda de uma pessoa excepcionalmente boa e um membro da equipe muitíssimo competente e solidário. A Área como um todo lamenta profundamente essa perda.

VIII. PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO CICLO AVALIATIVO

A última seção do relatório sumariza as recomendações da Comissão da Avaliação do Quadriênio da Área de Educação a partir das tendências e dos resultados observados durante o processo avaliativo. Essas recomendações estão postas em duas subseções: recomendações para os programas da Área e recomendações para a DAV/CAPES.

A. Recomendações para os programas da Área

Em linhas gerais, compreende-se que os critérios MUITO BOM estabelecidos para todos os indicadores da Ficha de Avaliação da Área representam em si um conjunto de recomendações para a melhoria do programa. Em especial, destacam-se algumas recomendações que merecem registro e são listadas a seguir:

- Implementar políticas e formular projetos de planejamento estratégico e de autoavaliação, delineados de forma clara e detalhada e observando elementos tais como continuidade, consistência e coerência e suas articulações com políticas da instituição como um todo;

- Estabelecer procedimentos de avaliação docente, inclusive um processo sistemático de credenciamento, acompanhamento, reconhecimento e descredenciamento que considere temporalidade, critérios, transparência e execução;
- Promover a estabilidade do corpo docente, respeitando a necessidade de renovação;
- Formular uma política de interação do PPG com a graduação que extrapola o ensino e a orientação, abrangendo pesquisa, extensão e estágios, entre outros;
- Assegurar a participação sistemática e regular dos docentes permanentes do programa em estágios pós-doutorais ou de pesquisa sênior, preferencialmente de caráter internacional;
- Implementar uma política de acompanhamento sistemático de egressos, considerando elementos de inserção no mercado de trabalho, assunção de postos de liderança e continuidade de estudos, à luz da missão e do perfil do programa;
- Desenvolver estratégias inovadoras de formação de alta qualidade, para o atendimento das necessidades do programa e o cumprimento de sua missão;
- Detalhar uma política e promover atividades do programa referentes à internacionalização e/ou à inserção social, de acordo com sua missão, estabelecendo metas e formas de acompanhamento. Atividades de internacionalização devem contemplar pesquisa, produção intelectual e mobilidade. Atividades de inserção, por sua vez, devem levar em conta a participação em redes nacionais de pesquisa, parcerias com Educação Básica, assessorias e consultorias, organização de eventos e articulações com movimentos sociais;
- Fortalecer ações afirmativas na seleção de alunos, para assegurar mais equidade na oferta e no acesso da pós-graduação;
- Assegurar que a página web do PPG tenha, na forma completa, uma versão em outro(s) idioma(s) afora a língua portuguesa, preferencialmente em língua inglesa;

Finalmente, é imprescindível completar o relatório Sucupira, com amplo detalhamento, seguindo cuidadosamente as orientações da Coordenação da Área quanto ao seu conteúdo e formato. Uma atenção especial deve ser dada à formulação e envio de dados exigidos pelos anexos dispostos na ficha de avaliação, bem como à formulação e ao envio dos destaques no módulo especialmente constituído na Plataforma Sucupira e demandado pela Coordenação da Área, dentro dos parâmetros quantitativos e qualitativos adequados.

B. Recomendações para a DAV/CAPES

Ao longo da avaliação quadrienal, a Área de Educação compôs diversas comissões as quais produziram seus relatórios com sugestões. Passa-se a seguir a sumarizar as principais recomendações para a DAV/CAPES:

Quanto à avaliação dos periódicos, com vistas ao Qualis:

- Classificar todos os periódicos com $h\ index=0$ como “C”;
- Classificar todos os periódicos identificados como “predatórios” como “C”;
- Na metodologia do Q2, distribuir os periódicos do “Universo” de uma Área, e dentro dos agrupamentos (por idioma, região ou outra divisão), a partir da base para o topo (distribuição *bottom-up*), isto é, os periódicos deveriam ser distribuídos primeiramente em B4, depois em B3, depois em B2, e assim sucessivamente até o topo e não *top-down* como foi feito;
- Suplantar as “travas” no modelo de avaliação dos periódicos, que não permite, por exemplo, classificar um periódico “predatório” pré-definido como B2 ou superior na categoria “C”, que seria a apropriada;
- Rever os percentuais de ajustes (10% e 20%), ampliando-os, pois, tais limites somados aos aspectos anteriores provocaram, no caso da Área de Educação, uma avaliação final que ficou superestimada enormemente, com muitos periódicos classificados em estratos superiores em relação à avaliação qualitativa da Área.

Quanto à avaliação de livros e demais produtos intelectuais:

- Garantir estabilidade nos processos avaliativos nos ciclos vindouros, de forma que procedimentos como os adotados na avaliação de livros se mantenham com poucas mudanças, garantindo aos PPG (coordenadores, docentes, discentes) segurança no que tange a critérios e procedimentos avaliativos;
- Equacionar os problemas referentes ao processo de indicação de destaques da produção docente na forma de livros (e outros produtos) que estavam na base de dados do programa, mas não correspondiam a produções de anos nos quais o docente foi registrado como docente permanente. Isso gerou uma dificuldade a mais para os programas e, a nosso ver, incongruente com o sentido da avaliação, uma vez que um livro publicado por um docente que está iniciando sua carreira na PG, e como tal atua como colaborador no programa, não pôde ser destacado como produção que expressa a qualidade própria do docente e do PPG. Recomenda-se, portanto, que esse aspecto seja revisto para o próximo ciclo avaliativo.

Em linhas gerais, entende-se que a DAV deve buscar formas de simplificar o processo avaliativo para os programas no preenchimento do relatório. Indica-se duas formas a serem observadas para tanto. A primeira implica exigir um relatório completo dos programas apenas no segundo ano do ciclo avaliativo, com vistas à preparação do Seminário de Meio-termo e no final do quadriênio, sendo que os relatórios dos outros dois anos poderiam exigir apenas o registro dos produtos, e não o preenchimento das informações qualitativas sobre o programa. Uma segunda forma se refere à junção dos momentos da elaboração do relatório final com a dos destaques. É certo que para tais destaques, a produção deve estar toda inserida na Plataforma, mas isso poderia se dar imediatamente após o registro dos produtos durante a inserção do próprio relatório.

Também se recomenda, nos limites das possibilidades, que a DAV-CAPES dialogue com as áreas na busca de um refinamento nos elementos técnicos da Plataforma Sucupira,

em especial no que tange às travas e regras próprias de cada área. Por exemplo, no módulo de destaques, o sistema permite que um mesmo produto possa ser destacado para um ou mais docentes do mesmo PPG, isto é, o mesmo produto pode ser destacado mais de uma vez. Para algumas áreas, isso não é adequado, tendo em vista as regras elaboradas em acordo com os PPG da Área, gerando um trabalho grande para a glosa dessa produção. Se tais regras pudessem ser incorporadas ao sistema, vinculadas, por certo, aos códigos dos PPG de dada Área, o trabalho seria mais eficiente e muito mais eficaz.

A CAPES deve preservar sua nova política de contemplar diversas comissões preparatórias com o tempo adequado para o desenvolvimento do seu trabalho. A preparação que ocorreu durante o período de vários meses foi um avanço positivo na avaliação do quadriênio 2017-2020.

Em épocas pós-pandêmicas, a CAPES deve buscar formas de articular atividades de avaliação presenciais e remotas, de forma a aproveitar as vantagens que cada formato fornece.

A CAPES deve buscar ampliar e aperfeiçoar o programa CAPES-PrInt, pois seu impacto na internacionalização dos programas avaliados foi marcante, especialmente daqueles contemplados com as Notas 6 e 7.

Recomenda-se fortemente que a CAPES inicie o período das novas coordenações de Área com sessões de treinamento e orientação para a compreensão e o conhecimento dos aspectos conceituais e operacionais do sistema de avaliação, bem como para a padronização do vocabulário e de alguns dos procedimentos centrais.

C. Recomendações para a futura Coordenação da Área

Considerando as experiências ao longo deste quadriênio, recomenda-se à futura Coordenação:

- Buscar simplificar o processo avaliativo, reduzindo o número de indicadores através da retirada daqueles que não discriminam entre níveis de qualidade ou que repetem outros indicadores em termos do conteúdo abordado;
- Afora a redução citada no item anterior, rever a qualidade dos critérios estabelecidos para indicadores qualitativos, levando em conta a experiência acumulada da avaliação de 2021;
- Antecipar as orientações aos coordenadores de programas, para explicar a natureza da avaliação e esclarecer conceitos como qualidade, indicador e critério, no início do quadriênio;
- Definir claramente o significado conceitual e operacional da noção de impactos econômicos, culturais e sociais, conforme exigência da Ficha de Avaliação da Área;

- Conceituar também o significado do termo “inovação”, de forma a incentivar os programas a implementar novidades de qualidade que evidenciam a criatividade e geram impactos;
- Acompanhar com atenção os programas que caíram de nota na avaliação de 2021, especialmente os programas que tiveram seu doutorado encerrado por não alcançar a Nota 4;
- Trabalhar com os coordenadores dos programas profissionais para estabelecer com mais clareza a natureza do programa profissional e sua identidade em relação aos programas acadêmicos.

IX. COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE ÁREA: ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS

Nome	IES	UF	Região	Modalidade
Robert Evan Verhine	UFBA	BA	NE	Coordenador
Ângelo Ricardo de Souza	UFPR	PR	S	Coordenador Adjunto
Flávia Obino Corrêa Werle	UNISINOS	RS	S	Coordenadora PPG Profissionais
Alice Casimiro Lopes	UERJ	RJ	SE	Acadêmico
Alicia Bonamino	PUC-Rio	RJ	SE	Acadêmico
Ana Cristina da Silva Rodrigues	UNIPAMPA	RS	S	Profissional
Ana Cristina Prado de Oliveira	UNIRIO	RJ	SE	Acadêmico
Angela Martins	UNICID	SP	SE	Profissional
Clara Virginia Vieira Carvalho Oliveira Marques	UFMA	MA	NE	Profissional
Clarilza Prado	PUC-SP	SP	SE	Profissional
Claudia Leme Ferreira Davis	PUC-SP	SP	SE	Profissional
Cláudia Maffini Griboski	UnB	DF	CO	Profissional
Claudio Dalbosco	UPF	RS	S	Acadêmico
Denise de Barros Capuzzo	UFT	TO	N	Profissional
Denise Leite	UFRGS	RS	S	Acadêmico
Eliana Borges Correia Albuquerque	UFPE	PE	NE	Acadêmico
Eliane Schlemmer	UNISINOS	RS	S	Acadêmico
Elizabeth Macedo	UERJ	RJ	SE	Acadêmico
Eloísa Maia Vidal	UECE	CE	NE	Acadêmico
Eneida Shiroma	UFSC	SC	S	Acadêmico
Enicéia Gonçalves Mendes	UFSCAR	SP	SE	Acadêmico

Ester Fraga Villa-boas Carvalho do Nascimento	UNIT	SE	NE	Acadêmico
Eurize Caldas Pessanha	UFGD	MS	CO	Acadêmico
Evely Boruchovitch	UNICAMP	SP	SE	Acadêmico
Hellen Cristina Picanço Simas	UFAM	AM	N	Acadêmico
Ilma Vieira do Nascimento	UFMA	MA	NE	Acadêmico
Jader Janer Moreira Lopes	UFJF	MG	SE	Acadêmico
Jefferson Mainardes	UEPG	PR	S	Acadêmico
Jerônimo Sartori	UFFS	SC	S	Profissional
Joana Romanovski	UNINTER	PR	S	Profissional
João Ferreira de Oliveira	UFG	GO	CO	Acadêmico
José Aires de Castro Filho	UFC	CE	NE	Acadêmico
Jose Carlos Souza Araujo	UNIUBE	MG	SE	Profissional
José Luis Bizelli	UNESP-ARAR	SP	SE	Acadêmico
José Pedro Bouffleur	UNIJUÍ	RS	S	Acadêmico
José Rubens Jardimino	UFOP	MG	SE	Acadêmico
Juracy Machado Pacífico	UNIR	RO	N	Profissional
Leandro Forell	UERGS	RS	S	Profissional
Luiz Marcelo de Carvalho	UNESP-RC	SP	SE	Acadêmico
Maria Abádia da Silva	UNB	DF	CO	Acadêmico
Maria Angélica Minhoto	UNIFESP	SP	SE	Acadêmico
Maria Antonia de Souza	UTP	PR	S	Acadêmico
Maria da Conceição F. Reis Fonseca	UFMG	MG	SE	Acadêmico
Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra	UFPB	PB	NE	Profissional
Maria Dilnéia E. Fernandes	UFMS	MS	CO	Acadêmico
Mariane Koslinski	UFRJ	RJ	SE	Acadêmico
Marilda Behrens	PUC-PR	PR	S	Acadêmico
Marilia Andrade Torales Campos	UFPR	PR	S	Profissional
Marta Nörnberg	UFPEL	RS	S	Acadêmico
Monica Kassar	UFMS	MS	CO	Acadêmico
Nadia Hage Fialho	UNEB	BA	NE	Profissional
Narjara Mendes Garcia	FURG	RS	S	Acadêmico
Nilda Stecanella	UCS	RS	S	Acadêmico
Nilma Soares da Silva	UFMG	MG	SE	Profissional
Rosana Evangelista da Cruz	UFPI	PI	NE	Acadêmico
Rute Cristina Domingos de Palma	UFMT	MT	CO	Acadêmico
Salomão Hage	UFPA	PA	N	Acadêmico
Samuel Mendonça	PUCCAMP	SP	SE	Acadêmico
Sandra Lúcia Escovedo Selles	UFF	RJ	SE	Acadêmico
Sandra Zákia Lian Sousa	USP	SP	SE	Acadêmico
Sílvia Márcia Ferreira Meletti	UEL	PR	S	Acadêmico

Stela Meneghel	FURB	SC	S	Acadêmico
Terezinha Oliveira	UEM	PR	S	Acadêmico

X. RECONSIDERAÇÃO

A. Apontamentos da Área

A avaliação quadrienal dos PPG da Área de Educação foi finalizada com a análise dos pedidos de reconsideração apresentados por 52 programas, sendo 44 acadêmicos e 8 profissionais.

Para tanto, a Coordenação da Área compôs uma comissão de 18 de pessoas, sendo 13 destinadas a avaliar os programas acadêmicos e 3 a avaliar os profissionais. Desse conjunto de pessoas, a metade (9) não compôs a comissão de avaliação quadrienal que se reuniu nos meses de maio e junho de 2022.

Todos os novos consultores são, a exemplo dos que foram reconvidados, profissionais muito experientes na pós-graduação, tendo atuado em outras comissões anteriores (APCN, comissões preparatórias para esta quadrienal, Prêmio CAPES de teses, etc.) e/ou tendo ocupado no passado posições de coordenação e gestão da pós-graduação em suas IES.

Na abertura dos trabalhos, a Coordenação da Área apresentou o escopo da tarefa, bem como detalhou o funcionamento do sistema ficha na Plataforma Sucupira, complementando a reunião on-line que foi conduzida anteriormente pela DAV/CAPES.

Também orientou sobre os cuidados éticos e no manuseio dos documentos e ainda repassou o material para a avaliação a cada um dos consultores. A cada consultor foram atribuídos de dois a três programas para a avaliação, de forma que nenhum consultor avaliou um programa da sua própria região.

Após a análise inicial do material pelos consultores, a Coordenação organizou um conjunto de reuniões pelo *Google Meet* para acompanhamento da avaliação e esclarecimentos de dúvidas. Essas reuniões agruparam os consultores conforme a natureza e a tipologia dos PPG e dos próprios pedidos de reconsideração apresentados. Foram quatro os grupos organizados:

1. Grupo 1: composto predominantemente por programas que reivindicavam a subida para a nota 6 ou 7, ou o retorno a este nível;
2. Grupo 2: composto predominantemente por programas que reivindicavam o uso da Cláusula Terceira do Termo de Autocomposição (TAC) firmado entre CAPES e MPF e que tinham, portanto, sofrido rebaixamento de nota na avaliação do quadriênio 2017/2020;

3. Grupo 3: composto predominantemente por programas que mantiveram suas notas e reivindicavam a subida na avaliação, e por programas que subiram de nota e reivindicavam subir mais;
4. Grupo 4: composto predominantemente pelos programas profissionais

Vale registrar que, do conjunto dos 52 programas, 26 deles tiveram a nota rebaixada na avaliação quadrienal 2017/2020. Destes, 18 solicitaram o uso da Cláusula Terceira do TAC, mas somente 14 tiveram seus pedidos suficientemente fundamentados para serem considerados a partir desse elemento jurídico. Todos os programas que solicitaram a avaliação a partir do TAC, a qual foi realizada preliminarmente, também foram avaliados quanto ao mérito de seus pedidos.

Depois daquele conjunto de reuniões, realizou-se uma reunião de avaliação final, na qual todos os 52 programas foram discutidos e o parecer de cada um deles foi aprovado pelos consultores. Os resultados se encontram no item a seguir.

B. Resultados

Dos 52 programas que apresentaram pedido de reconsideração, 19 obtiveram êxito e 33 tiveram seus pedidos indeferidos pela comissão.

Como pode ser observado nas tabelas a seguir, dos 19 programas que tiveram êxito, todos foram da modalidade acadêmica, o que representa 43% desse grupo, sendo que, 9 foram avaliados a partir do dispositivo da Cláusula Terceira do TAC. Foram 25 programas acadêmicos os que não alcançaram sucesso em seu pedido (56,8%), sendo 4 deles avaliados pelo TAC.

O quadro final dos PPG acadêmicos (Tabela R.2) mostra a distribuição das notas anteriores e finais dos programas. Dentre os 25 programas acadêmicos que não alcançaram êxito em seu pedido de reconsideração, 5 deles tinham e mantiveram a nota 3 após a avaliação de reconsideração; 17 tinham e mantiveram a nota 4; 3 tinham e mantiveram a nota 5; e 1 programa tinha e manteve a nota 6.

Dentre os que conseguiram reverter a nota atribuída na avaliação quadrienal, um total de 17 programas acadêmicos, cinco deles subiram de 3 para 4; nove subiram de 4 para 5; e quatro subiram de 5 para 6.

O quadro final dos PPG profissionais mostra que apenas 1 PPG, dos oito que apresentaram pedido de reconsideração, alcançou o deferimento de seu pedido, enquanto os outros sete tiveram seus pedidos indeferidos. Apenas um programa profissional teve seu pedido avaliado a partir da Cláusula Terceira do TAC, mas não obteve êxito.

Desse conjunto de programas profissionais, quatro dos casos tinham e mantiveram a nota 3 após a avaliação de reconsideração; três tinham e mantiveram a nota 4; e apenas um caso subiu de nota 3 para 4.

Observando a distribuição dos PPG por nota ao final da avaliação do quadriênio 2013/2016 e comparando com o quadro atual, temos um crescimento dos PPG notas 6 e 7 (de dez para catorze programas), ainda que com uma redução no número de PPG com nota 5 (de 40 para 36 programas). Também verificamos uma diminuição de programas com nota 3 (de 54 para 36), com o conseqüente crescimento de PPG nota 4 (de 70 para 102), o que demonstra o amadurecimento e incremento da qualidade da Área.

E, ainda comparativamente, observamos um crescimento na média final das notas dos programas, passando de 4,05 para 4,17, derivado do incremento médio dos PPG profissionais de 3,51 para 3,69 e dos PPG acadêmicos de 4,24 para 4,35, o que demonstra a melhoria do desempenho e da qualidade da Área.

Tabela R.1: Deferimento e Indeferimento após Avaliação de Reconsideração

Modalidade	Deferidos		Indeferidos		Total	
	n	%	n	%	n	%
Acadêmicos	19	43,2	25	56,8	44	100
Profissionais	1	12,5	7	87,5	8	100
Total	20	38,5	32	61,5	52	100

Tabela R.2: Nota Anterior x Nota Final após Avaliação de Reconsideração

Nota anterior - Nota Final	Acadêmicos		Profissionais		Total	
	n	%	n	%	n	%
3 --> 3	5	12,8	4	50,0	9	19,1
4 --> 4	17	43,6	3	37,5	20	42,6
5 --> 5	3	7,7	0	0,0	3	6,4
6 --> 6	1	2,6	0	0,0	1	2,1
3 --> 4	5	12,8	1	12,5	6	12,8
4 --> 5	9	23,1	0	0,0	9	19,1
5 --> 6	4	10,3	0	0,0	4	8,5
Total	44	100	8	100	52	111

Tabela R.3: Deferimento e Indeferimento após Avaliação de Reconsideração - PPG que foram avaliados a partir da Cláusula Terceira do TAC

TAC	Defere		Indefere	
	n	%	n	%
Acadêmico	9	69,2	4	30,8
Profissional	0	0	1	100
Total	9	64,3	5	35,7

Tabela R.4: Comparativo da avaliação dos PPG da Área – 2017 x 2021

Notas	2017		2021		Cresc %
	n	%	n	%	
3	54	31,0	36	19,1	-38,3
4	70	40,2	102	54,3	34,9
5	40	23,0	36	19,1	-16,7
6	7	4,0	10	5,3	32,2
7	3	1,7	4	2,1	23,4
Total	174	100	188	100	

Tabela R. 5: Média Global das Notas 2017 x 2021

Média Global de Notas	2017	2021
Total	4,05	4,17
Profissionais	3,51	3,69
Acadêmicos	4,24	4,35

C. Comissão de Avaliação - Reconsideração

Este trabalho de avaliação dos pedidos de reconsideração contou com o valoroso e muito qualificado trabalho da seguinte comissão:

<i>Nome</i>	<i>IES</i>	<i>Observação</i>
Robert Verhine	UFBA	Coord. Área
Ângelo Ricardo de Souza	UFPR	Coord. Adjunto
Flávia Obino Corrêa Werle	UNISINOS	Coord. Programas Profissionais
Adriana Dragone Silveira	UFPR	Acadêmico
Alice Casimiro Lopes	UERJ	Acadêmico
Alicia Bonamino	PUC-RIO	Acadêmico
Antonio Soares	UFRJ	Acadêmico
Betânia Leite Ramalho	UFRN	Acadêmico
Charlton José dos Santos Machado	UFPB	Acadêmico
Jani Moreira	UEM	Acadêmico
Jefferson Mainardes	UEPG	Acadêmico
João Ferreira de Oliveira	UFG	Acadêmico
José Pedro Boufleur	UNIJUI	Acadêmico
Lúcia de Fátima Melo	UFAC	Acadêmico
Lys Vinhaes Dantas	UFRB	Profissional
Márcia Jacomini	UNIFESP	Acadêmico



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
DAV/CAPES



Maria da Conceição Reis Fonseca	UFMG	Acadêmico
Marília Morales Campos	UFPR	Profissional
Marta Nornberg	UFPEL	Acadêmico
Monica Kassar	UFMS	Acadêmico
Samira Zaidan	UFMG	Profissional

ROBERT EVAN VERHINE
Coordenador da Área de
Educação

ÂNGELO RICARDO DE SOUZA
Coordenador Adjunto da
Área de Educação

FLÁVIA OBINO CORRÊA WERLE
Coordenadora dos Programas
Profissionais da Área de
Educação

Notas Finais: EDUCAÇÃO

Código do Programa	Nome do Programa	Sigla Instituição de Ensino	Nível	Nota CA	Nota CTC-ES	Nota CA - Recons.	Nota CTC-ES - Recons.
21001014001P6	EDUCAÇÃO	FUFPI	ME/DO	4	4	5	5
27001016003P5	EDUCAÇÃO	FUFSE	ME/DO	5	5	5	5
42009014002P2	EDUCAÇÃO	FUPF	ME/DO	5	5	-	-
41006011004P3	EDUCAÇÃO	FURB	ME/DO	5	5	-	-
42004012002P0	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	FURG	ME/DO	4	4	-	-
23005017001P7	Educação Profissional	IFRN	ME/DO	5	5	-	-
32008015006P3	EDUCAÇÃO	PUC/MG	ME/DO	4	4	-	-
40003019007P0	EDUCAÇÃO	PUC/PR	ME/DO	5	5	5	5
42005019001P0	EDUCAÇÃO	PUC/RS	ME/DO	6	6	-	-
33005010003P1	EDUCAÇÃO (CURRÍCULO)	PUC/SP	ME/DO	4	4	4	4
33005010002P5	EDUCAÇÃO (PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO)	PUC/SP	ME/DO	4	4	4	4
33005010001P9	EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE	PUC/SP	ME/DO	4	4	5	5
33006016005P7	EDUCAÇÃO	PUCCAMP	ME/DO	4	4	-	-
52002012004P9	EDUCAÇÃO	PUC-GOÍÁS	ME/DO	4	4	4	4
31005012001P0	EDUCAÇÃO	PUC-RIO	ME/DO	6	6	-	-
53003012001P9	EDUCAÇÃO	UCB-TAG	ME/DO	4	4	4	4
51002019002P3	EDUCAÇÃO	UCDB	ME/DO	4	4	5	5
31019013001P7	EDUCAÇÃO	UCP/RJ	ME/DO	4	4	-	-
42008018008P4	EDUCAÇÃO	UCS	ME/DO	5	5	-	-
41002016015P0	EDUCAÇÃO	UDESC	ME/DO	4	4	5	5
22003010010P0	EDUCAÇÃO	UECE	ME/DO	5	5	5	5
40002012015P7	EDUCAÇÃO	UEL	ME/DO	5	5	-	-
40004015004P8	EDUCAÇÃO	UEM	ME/DO	5	5	-	-
15006018001P0	EDUCAÇÃO	UEPA	ME/DO	4	4	4	4
40005011005P0	EDUCAÇÃO	UEPG	ME/DO	5	5	-	-
31004016006P5	EDUCAÇÃO	UERJ	ME/DO	7	7	-	-
31004016058P5	EDUCAÇÃO - PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS	UERJ	ME/DO	4	4	-	-
26001012011P5**	EDUCAÇÃO	UFAL	ME/DO	3	3	3	3
12001015001P0	EDUCAÇÃO	UFAM	ME/DO	4	4	4	4
28001010001P9	EDUCAÇÃO	UFBA	ME/DO	5	5	6	6
22001018001P9	EDUCAÇÃO	UFC	ME/DO	4	4	-	-
30001013001P1	EDUCAÇÃO	UFES	ME/DO	5	5	6	6
31003010001P0	EDUCAÇÃO	UFF	ME/DO	4	4	5	5
52001016007P1	EDUCAÇÃO	UFG	ME/DO	5	5	-	-
51005018005P1	EDUCAÇÃO	UFGD	ME/DO	5	5	-	-
32005016007P0	EDUCAÇÃO	UFJF	ME/DO	4	4	-	-
20001010008P8	EDUCAÇÃO	UFMA	ME/DO	4	4	-	-
32001010001P7	EDUCAÇÃO	UFMG	ME/DO	7	7	-	-
51001012001P0	EDUCAÇÃO	UFMS	ME/DO	4	4	-	-
50001019001P8	EDUCAÇÃO	UFMT	ME/DO	4	4	4	4
32007019024P5	Educação	UFOP	ME/DO	5	5	-	-
15001016035P0	EDUCAÇÃO	UFPA	ME/DO	5	5	-	-
24001015001P4	EDUCAÇÃO	UFPB-JP	ME/DO	4	4	-	-
25001019001P7	EDUCAÇÃO	UFPE	ME/DO	5	5	-	-
25001019084P0	Educação Contemporânea	UFPE	ME/DO	4	4	4	4
42003016014P2	EDUCAÇÃO	UFPEL	ME/DO	5	5	-	-
40001016001P0	EDUCAÇÃO	UFPR	ME/DO	7	7	-	-
42001013001P5	EDUCAÇÃO	UFRGS	ME/DO	5	5	6	6
31001017001P4	EDUCAÇÃO	UFRJ	ME/DO	6	6	-	-
23001011001P1	EDUCAÇÃO	UFRN	ME/DO	5	5	-	-
31002013020P5	EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES	UFRRJ	ME/DO	4	4	4	4
41001010015P7	EDUCAÇÃO	UFSC	ME/DO	4	4	5	5
33001014001P0	EDUCAÇÃO	UFSCAR	ME/DO	5	6	-	-
33001014043P4	Educação	UFSCAR	ME/DO	4	4	-	-
33001014002P6	EDUCAÇÃO ESPECIAL (EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ESPECIAL)	UFSCAR	ME/DO	7	7	-	-
42002010001P5	EDUCAÇÃO	UFSP	ME/DO	5	5	-	-
32012012008P0	Educação	UFTM	ME/DO	4	4	-	-
32006012003P1	EDUCAÇÃO	UFU	ME/DO	4	4	5	5
42019010009P2	EDUCAÇÃO	ULBRA	ME/DO	4	4	4	4
33017018007P8**	EDUCAÇÃO	UMESP	ME/DO	3	3	3	3
53001010001P0	EDUCAÇÃO	UNB	ME/DO	4	4	4	4
28005015001P0	EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	UNEB	ME/DO	4	4	4	4
31018017010P0	EDUCAÇÃO	UNESA	ME/DO	4	4	4	4
41015010002P6	EDUCAÇÃO	UNESC	ME/DO	4	4	-	-
33004030079P2	EDUCAÇÃO ESCOLAR	UNESP-ARAR	ME/DO	4	4	-	-
33004110040P5	EDUCAÇÃO	UNESP-MAR	ME/DO	6	6	-	-
33004129044P6	EDUCAÇÃO	UNESP-PP	ME/DO	5	5	-	-
33004137064P2	EDUCAÇÃO	UNESP-RC	ME/DO	5	5	-	-
33003017001P2	EDUCAÇÃO	UNICAMP	ME/DO	5	5	6	6
40014010009P1	Educação	UNICENTRO	ME/DO	4	4	-	-
33052018003P8	EDUCAÇÃO	UNICID	ME/DO	4	4	5	5
33009015083P7	Educação	UNIFESP	ME/DO	4	4	-	-
42024013002P4	EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS	UNIJUÍ	ME/DO	5	5	-	-
42021014001P9	EDUCAÇÃO	UNILASALLE	ME/DO	5	5	-	-
33007012001P8	EDUCAÇÃO	UNIMEP	ME/DO	4	4	-	-

Notas Finais: EDUCAÇÃO

Código do Programa	Nome do Programa	Sigla Instituição de Ensino	Nível	Nota CA	Nota CTC-ES	Nota CA - Recons.	Nota CTC-ES - Recons.
33092010002P2	EDUCAÇÃO	UNINOVE	ME/DO	4	4	4	4
40015017008P1	EDUCAÇÃO	UNIOESTE	ME/DO	5	5	-	-
31021018007P6	EDUCAÇÃO	UNIRIO	ME/DO	4	4	5	5
33020019004P6	EDUCAÇÃO	UNISANTOS	ME/DO	4	4	-	-
42020018006P4	EDUCAÇÃO	UNISC	ME/DO	5	5	-	-
42007011003P6	EDUCAÇÃO	UNISINOS	ME/DO	6	6	6	6
33065012001P6	EDUCAÇÃO	UNISO	ME/DO	4	4	-	-
41008014002P3	EDUCAÇÃO	UNISUL	ME/DO	4	4	-	-
27002012003P1	EDUCAÇÃO	UNIT-SE	ME/DO	5	5	-	-
32036019001P4	EDUCAÇÃO	UNIUBE	ME/DO	4	4	-	-
41005015003P0**	EDUCAÇÃO	UNIVALI	ME/DO	3	3	3	3
32073011001P2	Educação, Conhecimento e Sociedade	UNIVAS	ME/DO	4	4	-	-
41007018001P0	EDUCAÇÃO	UNOESC	ME/DO	4	4	-	-
33054010002P4	EDUCAÇÃO	UNOESTE	ME/DO	5	5	-	-
42010012008P5	Educação	URI	ME/DO	4	4	-	-
33050015004P1	EDUCAÇÃO	USF	ME/DO	5	5	-	-
33002010001P6	EDUCAÇÃO	USP	ME/DO	5	5	-	-
33002029042P0	Educação	USP/RP	ME/DO	4	4	-	-
40020010002P3	EDUCAÇÃO	UTP	ME/DO	4	4	4	4
32020015003P7	EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	CEFET-MG	ME	4	4	-	-
52045005001P0	EDUCAÇÃO	FACMAIS	ME	3	3	-	-
42004012021P5	EDUCAÇÃO	FURG	ME	3	3	4	4
41012011003P3	EDUCAÇÃO	IFC	ME	3	3	-	-
12008010073P0	EDUCAÇÃO	UEA	ME	3	3	-	-
22003010027P0	EDUCAÇÃO E ENSINO (MAIE)	UECE	ME	4	4	-	-
28002016015P2	EDUCAÇÃO	UEFS	ME	3	3	4	4
32025017001P6	Educação	UEMG	ME	4	4	-	-
51004011004P9	Educação	UEMS	ME	3	3	-	-
31004016051P0	EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO	UERJ	ME	4	4	-	-
23002018006P0	Educação	UERN	ME	3	3	3	3
13003011003P9*	EDUCAÇÃO	UERR	ME	3	3	-	-
28006011013P5	EDUCAÇÃO	UESB	ME	4	4	-	-
11001011009P9	EDUCAÇÃO	UFAC	ME	4	4	-	-
52059006002P4	EDUCAÇÃO - CAMPUS CATALÃO	UFCAT	ME	4	4	-	-
24009016071P3	EDUCAÇÃO	UFCG	ME	3	3	-	-
41020014002P6	Educação	UFFS	ME	3	3	-	-
52060004004P1	EDUCAÇÃO	UFJ	ME	4	4	-	-
51001012026P3	EDUCAÇÃO	UFMS	ME	4	4	-	-
51001012179P4	PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	UFMS	ME	3	3	-	-
50001019024P8	EDUCAÇÃO	UFMT	ME	4	4	-	-
15010015005P0	EDUCAÇÃO	UFOPA	ME	3	3	4	4
15001016089P3	Currículo e Gestão da Escola Básica	UFPA	ME	4	4	-	-
15001016082P9	EDUCAÇÃO E CULTURA	UFPA	ME	3	3	-	-
25003011038P0*	Educação, Culturas e Identidades	UFRPE	ME	4	4	-	-
13001019041P5	EDUCAÇÃO	UFRR	ME	3	3	-	-
31002013017P4	EDUCAÇÃO AGRÍCOLA	UFRRJ	ME	3	3	-	-
32018010004P2	PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES	UFSJ	ME	3	3	4	4
16003012013P2	EDUCAÇÃO	UFT-PALMAS	ME	3	3	3	3
32002017037P8	EDUCAÇÃO	UFV	ME	4	4	-	-
50002015005P0	Educação	UNEMAT	ME	4	4	-	-
33057010005P6	EDUCAÇÃO	UNIB	ME	3	3	-	-
32011016015P0	Educação	UNIFAL-MG	ME	3	3	4	4
14001012157P6	EDUCAÇÃO	UNIFAP	ME	4	4	-	-
32014015103P5	EDUCAÇÃO	UNIMONTES	ME	3	3	-	-
40015017020P1	EDUCAÇÃO	UNIOESTE	ME	4	4	-	-
42046017015P5	ENSINO	UNIPAMPA	ME	4	4	-	-
41019016001P5	EDUCAÇÃO	UNIPLAC/SC	ME	4	4	-	-
10001018011P0	EDUCAÇÃO	UNIR	ME	3	3	4	4
33131015001P2	EDUCAÇÃO	UNISAL	ME	3	3	-	-
41004019004P0	Educação	UNIVILLE	ME	4	4	-	-
41016017004P5	EDUCAÇÃO	UNOCHAPECÓ	ME	4	4	4	4
15001016166P8*	EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA	UFPA	DO	4	4	-	-
42033012001P3	Educação e Tecnologia	IFSul	MP/DP	4	4	-	-
40051013001P9	Educação e Novas Tecnologias	UNINTER	MP/DP	4	4	-	-
10001018016P2	Educação Escolar	UNIR	MP/DP	4	4	-	-
33126011003P5	Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional	CEETEPS	MP	4	4	-	-
32048017002P5	EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	IFTM	MP	4	4	-	-
33005010037P3	Educação: formação de formadores	PUC/SP	MP	4	4	4	4
20002017042P8	EDUCAÇÃO	UEMA	MP	3	3	-	-
51004011006P1	Educação	UEMS	MP	4	4	4	4
40031012071P3	EDUCAÇÃO	UENP	MP	3	3	-	-
24004014013P1	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	UEPB	MP	3	3	-	-
42045010002P4	EDUCAÇÃO	UERGS	MP	3	3	4	4
28007018017P7	Educação	UESC	MP	4	4	-	-
28001010091P8	Currículo, linguagens e inovações pedagógicas.	UFBA	MP	3	3	3	3
22001018177P0	TECNOLOGIA EDUCACIONAL	UFC	MP	3	3	-	-
30001013107P4	PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO	UFES	MP	4	4	-	-

Notas Finais: EDUCAÇÃO

Código do Programa	Nome do Programa	Sigla Instituição de Ensino	Nível	Nota CA	Nota CTC-ES	Nota CA - Recons.	Nota CTC-ES - Recons.
41020014006P1	EDUCAÇÃO	UFFS	MP	4	4	-	-
32005016031P9	Gestão e Avaliação da Educação Pública	UFJF	MP	3	3	3	3
32004010023P3	Educação	UFLA	MP	4	4	-	-
20001010053P3	FORMAÇÃO DOCENTE EM PRÁTICAS EDUCATIVAS	UFMA	MP	3	3	-	-
20001010041P5	GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	UFMA	MP	4	4	-	-
32001010097P4	Educação e Docência	UFMG	MP	4	4	-	-
24001015073P5	POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	UFPB-JP	MP	4	4	-	-
40001016080P7	Educação: Teoria e Prática de Ensino	UFPR	MP	4	4	-	-
28022017010P4	Educação do Campo	UFRB	MP	3	3	-	-
23001011182P6	EDUCAÇÃO ESPECIAL	UFRN	MP	3	3	-	-
25003011029P1	TECNOLOGIA E GESTÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	UFRPE	MP	3	3	-	-
33001014049P2	Educação	UFSCAR	MP	4	3	3	3
42002010159P8	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL	UFSM	MP	4	4	-	-
16003012160P5	EDUCAÇÃO	UFT-PALMAS	MP	3	3	-	-
32010010012P8	Educação	UFVJM	MP	3	3	-	-
33125015002P2	EDUCAÇÃO	UNASP	MP	4	4	-	-
53001010087P1	Educação	UNB	MP	3	3	3	3
28005015012P2	Educação de Jovens e Adultos	UNEB	MP	3	4	-	-
28005015014P5	Educação e Diversidade	UNEB	MP	4	4	-	-
28005015011P6	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação	UNEB	MP	4	4	-	-
33004030083P0	EDUCAÇÃO SEXUAL	UNESP-ARAR	MP	4	4	4	4
33004129069P9*	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	UNESP-PP	MP	3	3	-	-
33082014004P0	Processos de ensino, gestão e inovação	UNIARA	MP	4	4	-	-
42070007002P2	EDUCAÇÃO BÁSICA	UNIARP	MP	4	4	-	-
33003017172P1	EDUCAÇÃO ESCOLAR	UNICAMP	MP	4	4	-	-
33052018006P7	FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS	UNICID	MP	4	4	-	-
33092010012P8	Gestão e Práticas Educacionais	UNINOVE	MP	4	4	-	-
42046017008P9	Educação	UNIPAMPA	MP	4	4	-	-
42007011027P2	Gestão Educacional	UNISINOS	MP	4	4	-	-
33021015013P1	EDUCAÇÃO	UNITAU	MP	4	4	-	-
32036019005P0	FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	UNIUBE	MP	4	4	-	-
25004018019P2	Educação	UPE	MP	4	4	-	-
25004018070P8	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES	UPE	MP	4	4	-	-
22005013003P7	EDUCAÇÃO	URCA	MP	4	4	-	-
33110018003P5	DOCÊNCIA E GESTÃO EDUCACIONAL	USCS	MP	4	4	-	-
33002010234P0	Ensino de Astronomia	USP	MP	3	3	-	-

* Programas em forma associativa. Listada apenas a IES Coordenadora.

** Desativar o Curso de Doutorado